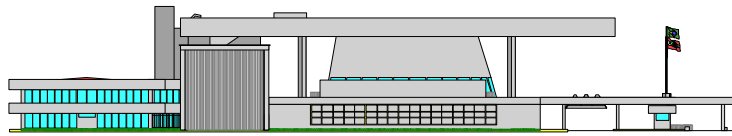


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 03 DE JUNHO DE 2009

NÚMERO 6.044

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa  
MESA

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada Faraco de Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Elizeu Mattos

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Joares Ponticelli

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Júnior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**  
Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Cesar Souza Júnior  
Dirceu Dresch  
Pedro Uczai  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES  
E DESENVOLVIMENTO  
URBANO**  
Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Adherbal Deba Cabral  
Jean Kuhlmann  
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**  
Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Giancarlo Tomelin  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**  
Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Romildo Titon  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**  
Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice-Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
Jean Kuhlmann  
Giancarlo Tomelin  
Professor Grandó  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**  
Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Décio Góes  
Kennedy Nunes  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**  
Darci de Matos - Presidente  
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente  
Adherbal Deba Cabral  
Pedro Uczai  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E  
ENERGIA**  
Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Herneus de Nadal  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**  
Décio Góes - Presidente  
Renato Hinnig - Vice-Presidente  
Marcos Vieira  
Edison Andrino  
Ismael dos Santos  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**  
Genésio Goulart - Presidente  
Prof. Odete de Jesus - Vice-  
Presidente  
Darci de Matos  
Giancarlo Tomelin  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**  
Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice-Presidente  
Genésio Goulart  
José Natal Pereira  
Rogério Mendonça  
Professora Odete de Jesus  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E DESPORTO**  
Pedro Uczai - Presidente  
Antônio Aguiar - Vice-Presidente  
Cesar Souza Júnior  
Serafim Venzon  
Genésio Goulart  
Professor Grandó  
Lício Mauro da Silveira  
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE  
RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E  
DO MERCOSUL**  
Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**  
Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Kennedy Nunes  
Herneus de Nadal  
Genésio Goulart  
Ismael dos Santos  
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Walter da Luz Filho

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 2044**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Atos da Mesa**

Atos da Mesa ..... 2

**Publicações Diversas**

Audiência Pública..... 3

Extrato..... 17

Portarias..... 18

Redações Finais ..... 20

**ATOS DA MESA****ATOS DA MESA****ATO DA MESA Nº 197, de 03/06/2009**

Fixa o quantitativo de cargos do Grupo de  
Atividades de Assessoramento Parlamentar.

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA  
CATARINA, no exercício de suas atribuições, de acordo com o disposto

Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar	Código	Níveis	Número mínimo de cargos por Gabinete Parlamentar	Número máximo de cargos por Gabinete Parlamentar
Secretário Parlamentar	PL/GAB	01 a 70	05 (cinco)	22 (vinte e dois)

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de maio de 2009.

Art. 3º - Fica revogado o Ato da Mesa nº 178, de 23 fevereiro de 2006.

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 198, de 03/06/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA  
CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI  
e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 17 e 31 da  
Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006  
e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa  
nº 160, de 15 de agosto de 2007,*

DESIGNAR o servidor **ADEMAR BERTAN**, matrícula nº  
1603, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa para exercer a  
função de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FC-3, do Grupo  
de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de  
2009 (Deputado José Cardozo).

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 199, de 03/06/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA  
CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI  
e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo

no parágrafo único do art. 63, do Regimento Interno da Alesc,

RESOLVE: *com fundamento no art. 2º da Resolução nº  
006, de 21 de fevereiro de 2006 c/c art.  
7º do Ato da Mesa nº 72, de 1997 da  
Câmara dos Deputados.*

Art. 1º - Fixar o quantitativo de cargos do Grupo de  
Atividades de Assessoramento Parlamentar, código PL/GAB, consoante  
tabela abaixo:

Grupo de Atividades de Assessoramento Parlamentar	Código	Níveis	Número mínimo de cargos por Gabinete Parlamentar	Número máximo de cargos por Gabinete Parlamentar
Secretário Parlamentar	PL/GAB	01 a 70	05 (cinco)	22 (vinte e dois)

em vista o que consta do Processo nº 0003/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução nº  
002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,*

**ATRIBUIR** ao servidor **LAERCIO ARCENO CORREA**, ma-  
trícula nº 1438, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de  
Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia  
Legislativa, do código PL/TEL-45, padrão vencimental correspondente  
ao código PL/TEL-51, a contar de 22/01/09.

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 200, de 03/06/2009**

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA  
CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI  
e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo  
em vista o que consta do Processo nº 804/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 27 da Resolução  
nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste  
Poder,*

**ATRIBUIR** à servidora **MARTA LUCIA MASSOLINI  
LIPPEL**, matrícula nº 2071, ocupante do cargo de Técnico Legislativo -  
Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da  
Assembléia Legislativa, do código PL/TEL-42, padrão vencimental  
correspondente ao código PL/TEL-51, a contar de 08 de maio de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente

Deputada Ada Faraco De Luca - Secretário

Deputado Valmir Comin - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIA PÚBLICA

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO EM MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DE ACIDENTES E DE DOENÇAS DO TRABALHO, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2009, ÀS 18H30MIN, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, NESTA CASA.**

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Boa-noite a todos.

Dando início à audiência pública, convido para compor a mesa dos trabalhos: deputado Manoel Mota, presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa, através da qual se convocou esta audiência pública; deputado Sargento Amauri Soares; doutora Cinara Sales Graeff, procuradora regional de Trabalho (MPT) e coordenadora do Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador no Estado de Santa Catarina; doutor Acir Alfredo Hack, neste ato representando o Ministério Público do Trabalho; doutor Hélio Henrique Garcia Romero, neste ato representando a Justiça do Trabalho; Christiane Sodré Fortes, chefe do setor de Saúde e Segurança do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho (MTE), neste ato representando o superintendente Regional do Trabalho em Santa Catarina, doutor Luis Miguel Vaz Viegas; Alessandre Tramontim, médico ortopedista, chefe da seção de Benefícios por Incapacidade, do Ministério da Previdência Social; Antônio de Sá Pereira, gerente de Saúde do Trabalhador da Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Santa Catarina, neste ato representando o Centro de Referência e Saúde do Trabalhador; Schirlei Azevedo Ribeiro, neste ato representando o Movimento em Defesa da Saúde e Segurança da Classe Trabalhadora (Movida); Dalton Nuernberg, clínico geral, médico do Trabalho e especialista em ergonomia; Francisco Alano, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado de Santa Catarina. *(Palmas.)*

Neste momento passo a palavra ao deputado Manoel Mota, presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc, a quem queremos agradecer, publicamente, pois foi através da Comissão que preside que nós estamos conseguindo efetuar um debate tão importante no contexto ocupacional brasileiro.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL MANOEL MOTA (SC)** - Eu quero saudar o deputado Jailson Lima, o deputado Sargento Amauri Soares e os integrantes da mesa, já nominados. Também saúdo a todos que, de uma forma muito carinhosa, vieram prestigiar este importante ato.

Como presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Alesc, quero pedir desculpa a todos vocês, pois em virtude de compromisso anteriormente assumido, terei que me ausentar dentro de poucos minutos.

Acho que o dia de ontem foi muito bem lembrado. Nós lutamos muito para absorver emprego, trabalho etc e tal, e não nos preocupamos muito com a proteção de quem trabalha. Então, acho que é importante debater essa questão. E o deputado Jailson, como médico e apaixonado por essa área, nos pediu que aprovasse o requerimento, de sua autoria, que solicitava a realização de uma audiência pública para discutir essa questão.

Então, de uma forma muito carinhosa, cumprimento toda a mesa, desejando muito sucesso a todos que participam desta audiência pública.

Espero que desta reunião possa sair um documento altamente positivo, retratando a realidade em que vivemos para que se possa avançar no sentido de termos mais segurança por tudo aquilo que lutamos.

Um abraço a todos vocês e muito sucesso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Antes que vossa excelência se retire, eu gostaria de dizer aos participantes desta audiência que todos deverão receber um certificado de presença, tendo em vista que daqui sairá um documento, assinado pelo presidente da Comissão, deputado Manoel Mota, por mim, como requerente desta audiência, e pela doutora Cinara, que nos ajudou a coordenar e organizar todo esse processo.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, para que possa cumprimentar a todos, já que também deverá se ausentar em breve.

**O SR. DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO AMAURI SOARES (SC)** - Inicialmente quero parabenizar o deputado Jailson Lima pela iniciativa, assim como ao deputado Manoel Mota, por ter acolhido

prontamente esta solicitação. Também quero cumprimentar todas as autoridades da Saúde que compõem a mesa e demais pessoas aqui presentes.

Nós viemos, senhoras e senhores, para ouvi-los, até para que possamos aprofundar o conhecimento acerca desse tema que é uma das sagas sociais nos dias de hoje. Nós, que somos da segurança pública - policial militar por vinte e tantos anos - temos também muita dificuldade nesse aspecto, dificuldades, aliás, que não são discutidas, tanto acidentes relacionados às ocorrências físicas, a ferimentos físicos, inclusive, e não muito raro, em casos de morte em trabalho, no deslocamento para o trabalho em atendimento à população, como, e até mais grave e não muito conversado, ou quase nada dito, doenças ocasionadas pelo estresse profissional numa área bastante aguda de trabalho, que é a segurança pública.

Então nós viemos aqui muito mais para aprender, e permaneceremos, deputado Jailson, dentro do limite, para ouvimos o máximo que pudermos a respeito desse assunto, tendo o interesse de ajudar, contribuir e ao mesmo tempo ouvir.

Para encerrar, parabeno todas as pessoas envolvidas na construção desta importante audiência pública.

Muito obrigado, bom trabalho a todos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Gostaria de convidar para fazer parte da mesa o senhor Glauco José Cortes, neste ato representando a Fiesc.

*(O senhor Glauco José Cortes, dirige-se até a mesa.)*

Antes de abordarmos a dinâmica de trabalho, eu gostaria de cumprimentar todas as mulheres presentes, que acabam sendo o público majoritário e que, no contexto das doenças ocupacionais, principalmente LER/Dort, tem uma média de quase nove mulheres para um homem. Cumprimento-as, cumprimentando a minha esposa que não está presente e é perita do INSS, mas que me passou a mensagem de que está nos assistindo e gostaria de estar presente; a professora Vera, que foi minha professora da universidade; e também a Deise, que sempre atuou em termos de saúde pública e hoje atua no contexto da saúde do trabalhador e da saúde ambiental.

Para quem não me conhece, eu sou médico especializado em saúde pública, em saúde do trabalhador, sou reumatologista, tenho desenvolvido um trabalho na região de Jaraguá há quase quatro anos, e mesmo sendo um parlamentar do Partido dos Trabalhadores não conhecia na íntegra o contexto dos lesionados dos acidentes decorrentes e subnotificados na previdência.

O nosso tempo não é um dos maiores nesse momento, uma audiência pública normalmente dura em torno de uma hora e meia. Está sendo tudo registrado na Casa, está sendo gravado. A proposta final é de tirarmos daqui um grupo de cinco ou seis pessoas para contextualizarmos o debate em Brasília e entregarmos esse documento para o ministro da Previdência Social, para o ministro do Trabalho e para o presidente da Comissão de Saúde do Congresso, tendo em vista que é lá que muitas leis são executadas e muitas estão lá há mais de dez anos para serem debatidas.

Então nós pediríamos aos componentes da mesa, por gentileza, que se ativessem ao tempo, em torno de cinco minutos para cada um fazer a sua abordagem, porque entendemos que em audiências públicas quem mais tem que se manifestar é o público que está presente, no sentido de fazer questionamentos; e depois retornamos para que se responda em blocos. Teremos, como último palestrante, o doutor Dalton que terá um tempo de vinte minutos e fará uma abordagem sobre as questões de ergonomia, de ambiente de trabalho. O Dalton foi nosso contemporâneo na universidade, é químico, especialista em medicina do trabalho, especialista em ergonomia, com atuação em Florianópolis, e já foi coordenador do Programa de Saúde do Trabalhador do Estado de Santa Catarina, em 1993, quando iniciou essa atividade.

Neste momento, passo a palavra à senhora Schirlei Ribeiro, do Movida, por até cinco minutos.

**A SRA. SCHIRLEI AZEVEDO RIBEIRO** - Boa-noite. Deputado Jailson, eu gostaria que fizéssemos uma homenagem, um minuto de silêncio em memória de todos os mortos, a todos os adoecidos, principalmente aqueles companheiros e companheiras que hoje acompanhamos, todos os dias, cometendo suicídios em função do trabalho.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Acatada a sugestão, Schirlei.

*(Todos, em pé, ficam um minuto em silêncio.)*

**A SRA. SCHIRLEI AZEVEDO RIBEIRO** - Cumprimento o deputado Jailson, os demais membros da mesa, e agradeço a oportunidade de estarmos todos aqui hoje. Também gostaria de cumprimentar a Nair

e todos os adoecidos e todas as adoecidas neste Estado em função do trabalho.

Infelizmente, hoje nós não estamos falando de coisas boas, agradáveis. Essa é uma realidade diária há alguns anos, e temos acompanhado várias iniciativas que não estão surtindo os efeitos que esperávamos.

Nós temos propostas de políticas de segurança e saúde do trabalhador que não saem do papel, como bem falou o deputado. Alguns projetos, inclusive, estão há anos tramitando na Câmara Federal. Temos alguns projetos que conseguimos aprovar no Estado e que foram vetados pelo governador Luiz Henrique, como o projeto de combate ao assédio moral no nosso Estado; temos o projeto do deputado Mauro Passos, que está na Câmara Federal desde 2003 - o Projeto de Lei 2.369/03, que conceituaria o assédio moral nas relações de trabalho. Esse projeto está engavetado e, infelizmente, pelo uso de vários subterfúgios, as Forças Armadas é que vêm dificultando a aprovação desse projeto na Câmara Federal.

Enquanto isso, a OIT nos traz que temos 270 milhões de acidentes de trabalho no mundo por ano; 160 milhões de casos no mundo de doenças relacionadas ao trabalho; 22 mil crianças no mundo vítimas do trabalho infantil; que todos os dias, em média, cinco mil trabalhadores e trabalhadoras morrem; que no Brasil nós temos uma morte a cada duas horas de trabalho e três acidentes de trabalho a cada minuto trabalhado. E daí? Vamos, pois, avaliar de onde saem esses números.

De um lado, temos o patrão, as várias fórmulas modernas de gestão - e temos acompanhado o *top* dos *tops* entre as empresas, inclusive as ditas de responsabilidade social. Essa é a gestão pelo estresse, por metas, por serviços terceirizados, por horas extras, por produtividade. Essa é a nova onda.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, temos que produzir, produzir e produzir, como se fôssemos uma mera máquina. Se essa máquina para, somos colocados num quatinho escondidinhos, às vezes escondidinhos inclusive da Previdência Social, o que hoje virou moda. O trabalhador apresenta atestado e não vai para a Previdência, fica descansando em casa até passar: "Não te preocupa, na hora em que estiveres melhorzinho, tu retornas."

Isso porque a própria Previdência está dando um incentivo às empresas: aquelas que tiverem propostas e programas de prevenção e cujo CNPJ não aparecer na Previdência vão ter isenção de imposto - a alíquota paga o nosso Seguro Acidente do Trabalho.

Portanto, como as empresas são rapidinhas, elas entendem que não mandando o trabalhador para a Previdência, o CNPJ delas não vai aparecer lá e elas não vão ter essa alíquota aumentada. Porque se o CNPJ não aparece, a empresa tem desconto; se o CNPJ aparece, ela vai ter acréscimo nessa alíquota.

Então a gente percebe que é uma máquina: de um lado, temos bem claro quem são os trabalhadores e as trabalhadoras; de outro, temos bem claro quem hoje serve o Estado e os patrões.

Nós temos acompanhado, deputado Jailson (principalmente onde estou atuando, que é no Sindicato dos Bancários), algo assustador com relação à saúde mental. Precisamos urgentemente de uma política neste Estado de combate a todas as formas de violência vividas diariamente no local de trabalho - e precisamos ampliar nossa rede de atenção à saúde do trabalhador, principalmente com uma política de assistência à saúde mental. Os casos de LER eu nem preciso relatar, porque isso já é uma constante há décadas neste Estado, com falta de políticas mesmo. Precisamos discutir com mais responsabilidade o amianto na região de Criciúma... São tantas coisas, deputado Jailson, que acho que ficaríamos aqui discutindo durante um mês com técnicos capacitados, para tratar da construção dessa política no nosso Estado.

E eu quero pedir o apoio dessa Comissão para que a gente tenha um grupo, sim - mas não que seja só para agora, para encaminhar essas propostas a Brasília. Que a gente construa nesta Casa um grupo em que possamos discutir os projetos prioritários. Nós temos técnicos no Estado junto a Centros de Referência em Saúde do Trabalhador; nós temos técnicos em várias universidades - e aqui um agradecimento especial a todos os estudantes presentes, é muito importante a participação de vocês e a colaboração diária de vocês. E temos deputados, aqui, que podem ser nossos parceiros. E eu espero, honestamente - porque desde 2003 venho a audiências públicas nesta data, nesta Casa -, que desta vez a gente avance.

Obrigada e boa-noite. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, Schirlei.

Antes de passar para o próximo palestrante, quero citar a presença do grande companheiro Francisco Alano, representando a Federação dos Trabalhadores no Comércio. Alano, por gentileza, você está sendo convidado a fazer parte da mesa.

Registro a presença de Ângela Maria Servini, representando a Associação de Portadores de Doenças Profissionais de Jaraguá do Sul e Região; Líliliana Píski, representando a Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina; Luciléia Pereira, representando o

Sindicato dos Psicólogos do Estado de Santa Catarina; Elisa Rita Ferreira de Andrade, representando o Conselho Regional de Psicologia; Nadir Cardoso dos Santos, representando a Federação dos Trabalhadores do Comércio de Santa Catarina; Dirceu Antônio da Silva, representando o Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis; Nicolau de Almeida Neto, representando a União Geral dos Trabalhadores de Santa Catarina; Victor Luiz Crespi, representando a Associação Catarinense de Engenheiros de Segurança dos Trabalhadores; Simone Nascimento de Abreu, representando o Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região; professora Vera Blank, representando o Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal de Santa Catarina; professora Rita de Cássia Clark Teodoroski, coordenadora do curso de Fisioterapia da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina - inclusive trazendo turmas do curso; eu a parabenoza pela iniciativa (*palmas*). Eu comecei a debater saúde pública dessa forma, sejam todos bem-vindos a este debate. Por fim, registro a presença da doutora Edna Maria Niero, médica do Trabalho e integrante do Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador no Estado de Santa Catarina, doutora em Engenharia de Produção.

A próxima a intervir é a senhora Cinara Sales Graeff, procuradora regional do Trabalho (MPT) e coordenadora do Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador no Estado de Santa Catarina.

**A SRA. PROCURADORA CINARA SALES GRAEFF** - Meu boa-noite a todos.

Cumprimento todas as autoridades presentes à mesa na pessoa do deputado Jailson e do nosso procurador chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, doutor Acir Alfredo Hack. Cumprimento todos os presentes a esta plenária altamente representativa, onde temos aqui sindicalistas, representantes de federações, de confederações, estudantes, representantes de órgãos públicos, pessoal do serviço de Saúde, representantes dos Cerests, enfim, vários representantes que compõem o Fórum de Saúde e Segurança do Trabalhador.

Eu pedi para que ficassem projetados alguns dados, porque essa questão, dos acidentes do trabalho e das doenças profissionais, é realmente muito preocupante.

No próximo *slide* constam os números de acidentes no Brasil. Os acidentes de trabalho no ano de 2006 foram mais de 512 mil, em 2007 mais de 653 mil, sendo que no ano 2000 esse número era em torno de 300 mil. Então, praticamente dobrou o número de acidentes em menos de 10 anos. O que é um absurdo se levarmos em consideração o número de trabalhadores no País.

Também o que chama muito atenção é o número de óbitos. No ano de 2007, um número de 2.804 trabalhadores perdeu a vida trabalhando. As pessoas saem para o trabalho para buscar o seu sustento, a sua dignidade como ser humano e cidadão trabalhador. E não é a morte, não são os acidentes, não são as mutilações que as pessoas procuram. É preciso dar um basta! E Santa Catarina, um Estado brilhante, um expoente no nosso país, no ano passado ocupava o quinto lugar no *ranking* em acidentes de trabalho.

Então, não é possível que um Estado como Santa Catarina (industrializado, culto e rico) continue com esses dados, Nós precisamos mudar essa realidade.

A Schirlei já mencionou, mas repetirei rapidamente: no Brasil morrem nove trabalhadores/dia, um trabalhador/hora, se considerarmos uma jornada de 8 horas diárias. Então, são mais de dois mil trabalhadores acidentados/dia, mais de 261 trabalhadores acidentados/hora.

No final de 2008, chamou-me a atenção o número de amputações, principalmente de dedos. Eu recebi inúmeros processos, como procuradora do Trabalho, e me chamou a atenção o grande número de amputação de dedos. Confirmei através da estatística oficial da Previdência Social de 2007 que foram perdidos, no Brasil, mais de 132 mil dedos. Então, não tem como continuar desse jeito.

Em 2007 foram mais de 653 acidentes, e desses 653 acidentes, em relação a 2006, houve um incremento de 27,5%. E aí, provavelmente o doutor Alexandre vai falar no NTEP, houve um incremento no número de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Como eles são relacionados de forma conjunta, 98,6% do incremento desse percentual ocorreu em sendo acidentes de trabalho sem emissão de CAT. Isso significa o quê? Que houve Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário. Então, isso comprova que a subnotificação de doenças profissionais no País é algo alarmante; 134% a mais de doenças profissionais foram registradas.

Gostaria também e chamar atenção para esses dados de acidentes de trabalho onde muitas vezes as mulheres são vistas, principalmente na questão das doenças, como quem adoce mais.

Nós temos ali nos 80,7% de acidentes típicos: 79,3% são homens e 20,7% são mulheres.

Os acidentes de trajeto, aqueles acidentes não só do trabalho para casa e da casa para o trabalho, como também os acidentes das pessoas em que o seu trabalho consiste justamente em se deslocar. Temos aí muitos representantes comerciais, muitos motoboy

e todas aquelas pessoas que se deslocam do seu trabalho para fazer atendimentos, vendas e tudo mais. Então, 66,7% são homens e 33,3% são mulheres.

As doenças de trabalho no total, aqueles números de mais de 665.000 acidentes, 4% são doenças profissionais e do trabalho. Desse percentual, 56,1% são homens e 43,9% são mulheres. E por que aparece esse dado aqui? Porque aqui não é só LER/Dort. Aqui são todas aquelas outras doenças profissionais, por exemplo, silicose e pneumoconiose, que são do trabalho. O pessoal que trabalha em minas. Então, nós temos uma população de homens muito grande que acaba sofrendo esse tipo de doença.

A incidência quanto às cidades. Vou passar rápido isso porque temos pouco tempo. Nos acidentes de trabalho quem se destaca é a indústria, e dentro da indústria nós temos os produtos alimentícios e as bebidas; e, no nosso Estado, nós temos as agroindústrias, indústria da alimentação, indústria das carnes. Os acidentes de trajetos; os prestadores de serviços à empresa e do comércio varejista; as doenças do trabalho são setores de intermediação financeira; comércio varejista.

Bom, com todos esses dados, o que aconteceu? O Fórum Saúde e Segurança do Trabalhador, em Santa Catarina, vem procurando articular os seus diversos membros para que possamos realmente fazer algo para que haja uma melhoria no meio ambiente do trabalho e na condição de vida do cidadão catarinense. O Fórum é composto por várias entidades: os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests), a Superintendência Regional do Trabalho (ex-DRT), a Fundacentro, as universidades (UFSC, Unisul, Univalle e Estácio), CRM, INSS, Crea, Movida, APLER's, a APDP, Fiesc, Fecomércio, Feticom, centrais sindicais, Sindicom, Sindicatos, enfim, toda a sociedade organizada e os órgãos que têm a ver com saúde e segurança do trabalhador compõem o Fórum.

Nós estamos desenvolvendo trabalhos no sentido de realmente conseguir melhorar essa situação e para isso foram criados, no Fórum, cinco grupos de trabalho.

Então nós temos o grupo Saúde do Servidor Público. Esse grupo está gerenciando para que sejam encaminhadas pelos procuradores, notificações recomendatórias ao cumprimento da legislação e das normas regulamentadoras, também, no setor público. Porque não é possível que, no mesmo ambiente de trabalho, servidores celetista tenham a lei, o cumprimento das normas regulamentadoras e o servidor estatutário, que trabalha lado a lado, não.

O grupo de Educação e Saúde do Trabalhador, que é a Escola do Futuro do Trabalhador. A última Escola do Futuro do Trabalhador instalada foi a do município de Lages. Ali as crianças aprendem os conteúdos de saúde e segurança para que mais tarde, quando adultos, tenham um melhor rendimento no trabalho e possam assim evitar os acidentes.

Aí, os Trabalhos em Turnos; Reflexos na Saúde do Trabalhador. Nós tivemos, inclusive palestras com a professora Frida Fischer sobre a questão dos turnos e os malefícios à saúde do trabalhador.

Estamos com um grupo de Recapacitação dos Trabalhadores, são aqueles trabalhadores que não chegam à reabilitação profissional do INSS. Eles ficam ao largo porque nem podem retornar ao trabalho, porque não tem mais condição de executar as mesmas funções e estão naquele funil da reabilitação da Previdência Social, e também por lá não estão sendo reabilitados.

E tem o Grupo Multidisciplinar com médicos, fisioterapeutas, psicólogos que estão dando esses atendimentos aos trabalhadores.

E, por último, já encerrando, nós somos o Grupo da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador e já realizamos dois seminários, um em 2007 e outro em 2008. E, no de 2008, nós conseguimos trazer aqui no nosso Estado os representantes dos Ministérios. Então, vieram de Brasília: representantes do Ministério da Saúde, Ministério da Previdência Social e do Ministério do Trabalho e Emprego, por quê? Porque se verifica a falta de articulação entre os próprios Ministérios para que seja executada a Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador. O evento foi um sucesso e Santa Catarina foi o primeiro Estado que conseguiu reunir esses ministros nesse debate, para que a gente consiga realmente implementar essa política no Estado.

Teríamos muito que falar, como disse a Schirlei, mas eu agradeço a oportunidade.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, doutora Cinara.

Gostaria de registrar a presença do doutor Francisco Gilberto Brito, coordenador do Cerest de Blumenau, que representa o secretário da Saúde, José Saturnino da Costa e Maria Conceição da Costa, representando o Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Santa Catarina, o Sintrafesc. Obrigado pela presença.

Gostaríamos de convidar para fazer a saudação o doutor Glaucio José Corte, representando a Federação da Indústria de Santa Catarina.

**O SR. GLAUCIO JOSÉ CORTE** - Quero saudar os componentes da mesa, na pessoa do deputado Jailson, a quem cumprimento pela iniciativa; também as pessoas que vieram para este importante debate sobre acidente de trabalho.

Quero dizer para vocês que o tema Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho é uma das maiores preocupações da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e de um modo geral do empresariado. Embora os números sejam alarmantes, e isso é uma realidade, muito tem sido feito, tanto pelas empresas como pelas entidades de classe, e aqui cito o Sesi através de suas pesquisas, o PCMSO, o PPRA, e muitas das atividades que contribuem para minimizar esse problema, e enfrentar essa questão que é grave no País.

O próprio Sesi nacional, na semana que vem, está lançando uma campanha que vai abranger todo o País no sentido de conscientizar empresários e trabalhadores para a importância do tema e das práticas que podem colaborar, deputado, para reduzir esse drama que é o acidente de trabalho.

Encerro, porque o tempo é curto, dizendo que não acredito que o nosso problema seja legislação. Se o nosso problema fosse de ter legislação adequada, há uma quantidade de decretos, regulamentos, normas e instruções que temos, há muito estaríamos livres dos nossos males e dos nossos problemas? Não. Talvez o nosso principal caminho seja a educação, seja a conscientização e a adequada e razoável interpretação da legislação, talvez esse seja um dos caminhos e o mais importante para se enfrentar e diminuir de forma definitiva essa chaga, esse importante problema que é a questão dos acidentes de trabalho, em especial aqui em Santa Catarina que, embora como disse a nossa ilustre procuradora, um Estado desenvolvido, um Estado que se preocupa com a responsabilidade social, ainda não conseguiu debelar essa que é uma questão fundamental.

Obrigado, deputado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, doutor Glaucio.

Gostaria de passar a palavra ao doutor Hélio Henrique Garcia Romero, juiz da 3ª Vara do Trabalho do município de São José.

**O SR. JUIZ HÉLIO HENRIQUE GARCIA ROMERO** - Boa-noite a todos, quero cumprimentar a mesa em nome do deputado Jailson e, em dele, todas as demais autoridades presentes.

Quero dizer da minha satisfação de estar aqui representando a Justiça do Trabalho numa assembleia tão repleta e tão disposta a debater este tema tão importante para nós todos e que tem vindo à baila com uma intensidade muito grande.

O juiz Carlos Alberto Pereira de Castro pediu desculpas porque não pôde estar presente, então eu vim representá-lo, representar a Justiça do Trabalho. E trago também uma saudação da nossa presidente, juíza Marta Maria Villalba Fabre, do Tribunal Regional do Trabalho.

Para que vocês tenham uma posição da Justiça do Trabalho com relação ao acidente de trabalho, é necessário que vocês entendam uma alteração constitucional que foi a ampliação de competência da Justiça do Trabalho pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004. Até, então, tínhamos uma competência muito limitada com relação ao acidente de trabalho, a gente já julgava algumas questões como reintegração, mas a gente não tinha uma competência plena. Então, nós estamos diante dessa competência plena há apenas quatro anos e quatro meses, antes essa competência era muito bem exercida pela Justiça estadual. E nesses anos, que nós nos deparamos com acidente de trabalho, então, posso dizer para vocês que se trata de um grande paradoxo. Por quê? Porque o Congresso Nacional, atendendo a um anseio das nossas Associações, dos nossos colegas, fez essa ampliação de competência porque nós tínhamos a maior habilidade, a maior afinidade para podermos decidir essas coisas.

Por outro lado, é a ação que nos chega que menos nos satisfaz, é a ação que o juiz menos gosta de julgar. Por quê? Porque numa ação comum, onde foram sonogados apenas horas extras, salário, verbas rescisórias, falta de anotação de um contrato de trabalho, nós podemos conseguir reparar, com uma intensidade muito maior, o dano. Então podemos voltar ao estado das coisas anteriores, ao *status quo ante*. No acidente do trabalho, em quase cem por cento, é impossível.

Então nós nos deparamos com uma situação já deflagrada, na qual nós só podemos dar o direito de ação, o direito de resposta, o contraditório, verificar se está configurado e aplicar as penalidades e indenizações correspondentes, mas nunca retornar ao estado das coisas.

Nesses quatro anos e quatro meses, eu posso dar uma espécie de testemunho, no sentido de que eu vejo a atuação muito frequente do Ministério Público do Trabalho, de uma forma muito intensa, e dos sindicatos também, no sentido de prevenção.

O que a Justiça do Trabalho clamaria para o acidente do trabalho seria a intensificação da sua prevenção, para que ele não aconteça na intensidade que acontece, hoje. E faria uma sugestão: já que estamos aqui para ouvir - e a minha disposição, vindo aqui, é maior



no sentido de ouvir - daria uma sugestão no plano legislativo, porque sei que vocês estão bem interessados nisso em nível estadual e federal, que seria a de ampliar o poder das Cipas, ampliar a obrigatoriedade de Cipas nas empresas.

E o que é uma Cipa? É uma Comissão Interna de Prevenção de Acidente.

Então, vejo que que está faltando a atuação das Cipas, está faltando a atuação do empregado, que é aquele que mais sabe quais as máquinas que não podem funcionar, porque estão dependendo de manutenção. O empregado sabe quem está começando a ficar até um pouco surdo por falta de equipamento de proteção individual, faltando protetor auricular; ele pode estar se arriscando, porque está faltando capacete, está faltando uma luva, está faltando uma bota. São os que têm uma condição mais próxima, os que podem atuar com muito mais vigor de forma preventiva, porque nós... por exemplo: o juiz só recebe a ação depois de tudo realizado.

Nesse sentido, eu faço a sugestão de uma legislação para ampliar a necessidade de Cipas, porque hoje para que uma empresa tenha necessidade de Cipa, ela tem que ter um número muito grande, ela pode ter um número bem menor e o empregado participante de uma Cipa, que ele pudesse ter prerrogativas. Por exemplo, determinar a suspensão do trabalho legalmente, porque o trabalho não reúne as condições necessárias de segurança. Aquele andaime que nós estamos trabalhando não está posicionado corretamente, aquela roldana está corroida. Então, nesse sentido, eu vejo que é possível se avançar na parte legislativa.

Estou aqui, nesta breve apresentação, aguardando para ouvir e poder repassar para os meus colegas.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, doutor Hélio.

Está presente o doutor Alfredo Jorge Cherem, representando a Associação Catarinense de Medicina do Trabalho. Seja bem-vindo. Também fomos contemporâneos na universidade.

Doutora Christine Sodré Fortes, médica do trabalho, chefe do setor de Saúde e Segurança do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho, neste ato representando o superintendente regional do Trabalho de Santa Catarina, doutor Luis Miguel Vaz Viegas, para os seus cumprimentos e as suas considerações, por até cinco minutos

**A SRA. CHRISTINE SODRÉ FORTES** - Muito obrigada, eu gostaria de cumprimentar todos os integrantes da mesa e esta plenária. Há vários colegas de luta, a Edina, a Leonora, a Tais, a Vera, o Luis Fernando, o Nicolau, a Ângela e a Elisa.

Estou muito satisfeita de encontrar tantos colegas, porque estamos sempre buscando a melhor condição para os trabalhadores, tentando atuar de forma conjunta.

Em nome da Superintendência eu gostaria de parabenizar, pela iniciativa desta audiência, o deputado Jailson e a doutora Cinara, em nome do Fórum.

Eu gostaria de falar que a Superintendência e o Ministério do Trabalho têm uma visão de que a segurança à saúde é muito mais ampla do que só a questão do acidente em si, da morte ou da condição da máquina. Então, se a pessoa tem carteira assinada, se a pessoa tem qualificação, se a pessoa tem condições dignas de trabalho, a possibilidade de ocorrer um acidente sempre é menor que aquela condição que nós ainda encontramos em nosso Estado, que é a condição de trabalho análoga ao escravo, de pessoas que trabalham no mato, em lonas pretas, que são obrigadas em lonas pretas, que lavam a louça no rio, que fazem as suas necessidades fisiológicas e tomam banho no mesmo rio... Ainda encontramos essas situações, como o trabalho infantil, que são vexatórias para um Estado do porte de Santa Catarina.

A Superintendência tem trabalhado no sentido da fiscalização do trabalho, atuando tanto na parte de horário, de horas extras, de excesso de horas extras que, muitas vezes, são mais de dez horas.

Temos aqui o representante do Sindicato do Comércio, e no comércio a gente tem encontrado situações bem críticas em termos de carga horária e máquinas obsoletas que deveriam estar aposentadas, pois saem das empresas grandes e vão para as empresas pequenas como se a empresa pequena não tivesse trabalhador que machuque a mão... aquelas prensas, chamadas "boca de leão", que você mete a mão e não tem como parar. Tem que fechar aquilo tudo. Na verdade, o ideal é que aquela prensa nem existisse mais, mas ela ainda existe em nosso Estado e em muitos locais.

Então, nós temos atuado tanto no emprego pelo Consórcio Social da Juventude para tentar inserir jovens no mercado de uma maneira digna, de uma maneira decente, como a OIT fala, assim como na economia solidária para tentar ajudar na organização das comunidades, e na questão da fiscalização, da carteira de trabalho, do Seguro-Desemprego... é um rolo muito grande. O Ministério do Trabalho existe para os trabalhadores.

Eu me sinto sempre com orgulho de trabalhar na instituição que eu trabalho, embora nela haja todos os... claro, sempre se tem o

que melhorar... mas eu sinto orgulho, porque eu sei o lado em que eu estou. Então, a gente tem que combater mesmo.

Há em média, por ano, no Estado 150 mortes por acidente de trabalho e que, geralmente, são por causas evitáveis, como o trabalhador que cai de andaime por estar sem cinto de segurança... olha, gente, tem cada coisa assim... acidentes nas minas por questões elétricas e por outras questões que a gente pensou que tinham sido superadas, mas agora estamos vendo que os acidentes nas minas estão retornando.

Quer dizer, parece que a gente anda em círculo, e não em espiral que seria um círculo que vai para cima, mas... (ri.) Muitas vezes, a gente se desanima, mas nestes momentos nós nos animamos, porque a gente pensa que um monte de gente está atuando para os trabalhadores, preocupados em incluir nas convenções coletivas dos sindicatos as questões de segurança e saúde, preocupados em avançar nessas questões. A lei já tem bastante coisa, como o representante da Fiesc falou, mas dá para avançar muito nas convenções coletivas, não é? Muitas vezes, infelizmente, a gente nota o contrário, pois até questões que nem poderiam, porque estão fora da lei, estão dentro das convenções. Retrocessos, não é?

Então, a gente gostaria só de reforçar que a Superintendência está de portas abertas, com todas as nossas deficiências de números, de auditores fiscais... o colega estava perguntando sobre o concurso, e os concursos para o Ministério do Trabalho realmente não estão sendo suficientes, pois o número de trabalhadores sempre aumenta e de auditores, não. Também, por isso, temos, em média, 150 mortes todo ano, além de trinta mil acidentes notificados, em média, por ano, no Estado. Então, vamos arregaçar as mangas.

Eu acho que esta audiência pública pode, sim, propor correções de algumas coisas que estão acontecendo e que não precisariam acontecer, já que estão dentro da lei, mas não estão sendo cumpridas devidamente. Portanto, eu acho que podemos tirar daqui algumas proposições muito interessantes.

Quero [registrar] e parabenizar a professora que trouxe os alunos. E quanto ao aluno que está levantando a bandeira, acho que ele tem que ganhar uma nota maior. (Risos.)

Com estas considerações, encerro a minha fala.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - É o Lucas que está levantando a bandeira?

Quero aproveitar a oportunidade para parabenizar o Lucas pelo seu aniversário. (Palmas.)

Com a palavra o doutor Antônio de Sá Pereira, gerente de Saúde do Trabalhador do CeresT estadual (Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina), por até cinco minutos.

**O SR. ANTÔNIO DE SÁ PEREIRA** - Boa-noite a todas e a todos. Quero cumprimentar o deputado Jailson e os demais membros da mesa.

(Passa a ler.)

"Ontem, dia 28 de abril, foi o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais, e hoje estamos aqui discutimos sobre esse assunto.

No ano de 2007, de acordo com os dados do Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM), tivemos, em Santa Catarina, 167 mortes por acidente de trabalho e, em 2008, 185 mortes.

Sabemos que esse número pode ser ainda maior devido à subnotificação que ocorre nos serviços de saúde público e privado, não só dos acidentes de trabalho como também das doenças ocupacionais.

Com o objetivo de reduzir esses números, nós, da Saúde do Trabalhador do Estado, com a colaboração dos CeresTs regionais, principalmente do CeresT de Blumenau e Florianópolis, elaboramos um material didático para capacitar a rede do SUS, tentando conscientizar e sensibilizar esses profissionais sobre a importância de se fazer a notificação.

Com o mesmo objetivo, estamos capacitando os fiscais das vigilâncias sanitárias municipais, empoderando-os de conhecimento, para que tenham uma visão ampliada do ambiente e incluam nas suas ações cotidianas a saúde do trabalhador.

Temos realizado, desde 2007, capacitação visando a sensibilização para a erradicação do trabalho infantil em Santa Catarina, formando multiplicadores nas diversas áreas de atuação. Ainda no contexto da ampliação do conhecimento, estamos realizando, em parceria com a Escola Estadual de Saúde Pública, o curso de especialização em saúde do trabalhador, objetivando a multiplicação desses saberes na busca do conhecimento e da qualidade em todas as regiões do estado.

Na área de vigilância em saúde do trabalhador, a partir de 2008 optamos pela intervenção por do ramo de atividade, pois se tornam mais eficazes as ações, considerando que ainda é reduzido o número de profissionais atuando nesta na área.

Dentre os projetos em andamento na gerência, temos o da agroindústria, onde são realizadas inspeções nas indústrias de pescados, abatedouros de aves, suínos e bovinos.

Essas ações de vigilância visam a intervenção não somente nos ambientes como também nos processos de trabalho para diminuir ou eliminar os riscos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho.

Durante as inspeções são elencadas todas as irregularidades encontradas nos vários setores da empresa, sendo comparadas com as de outras do mesmo ramo, objetivando o planejamento de ações que venham beneficiar o maior número de trabalhadores.

Outra ação desenvolvida pela gerência, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores em Postos de Combustíveis, Ufsc, Unisul e Ministério da Saúde, é o projeto que visa a detecção dos compostos aromáticos em postos de gasolina, principalmente o benzeno.

Também se encontra em andamento, em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (antiga Escola Técnica Federal), o projeto de controle ocupacional dos trabalhadores dos serviços de radiologia e diagnóstico por imagem, na perspectiva de levantar o nível de exposição a que estão submetidos os trabalhadores desse segmento.

Tem sido de fundamental importância a participação do Ministério Público nas várias ações desenvolvidas pela saúde do trabalhador no Estado de Santa Catarina, ressaltando que sem a parceria desse órgão algumas das ações que foram realizadas estariam comprometidas ou inviabilizadas por intervenção de caráter político e administrativo.

Agradeço por esta oportunidade. Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Quero registrar a presença do senhor Paulo Arruda, coordenador do Ceresit de Lages, neste ato representando a Casa do Trabalhador. Seja bem-vindo, companheiro.

Com a palavra o senhor Francisco Alano, presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado de Santa Catarina.

**O SR. FRANCISCO ALANO** - Inicialmente, quero cumprimentar o deputado e companheiro Jailson por esta audiência pública, os componentes da mesa e todos os participantes deste evento, e fazer dois registros.

Primeiro, não estava inicialmente relacionada para compor esta mesa uma representação do Movimento Sindical. Eu acho que foi uma falha lamentável porque o movimento sindical, pelo menos, em princípio é o responsável pela luta em defesa dos trabalhadores, enquanto esse processo de exploração do empresário de Santa Catarina e brasileiro.

Segundo, e para minha surpresa, achei que ao chegar aqui encontraria um auditório lotado de trabalhadores e dirigentes sindicais principalmente, dada a importância do tema em debate. Infelizmente poucos estão presentes. Talvez até pela realidade que nós temos em Santa Catarina e no Brasil, a de que sindicatos - e faço uma autocritica coletiva - se caracterizam mais como um escritório de despacho do que propriamente entidades que se preocupam com a saúde dos trabalhadores. O trabalhador chega ao sindicato, esse despacha para o advogado, despacha para o INSS, quando muito preenche uma CAT. É a realidade da maioria do movimento sindical do Estado e do Brasil. A gente tem que fazer essa autocritica.

Nós temos nesta mesa vários componentes - eu os conheço - que tem preocupação imensa com a saúde dos trabalhadores, com a prevenção de doenças, com a prevenção de acidentes, mas que na maioria das vezes não encontra a mesma correspondência no movimento sindical. A gente tem que fazer esse registro porque eu acho que o movimento sindical tem que tomar outro rumo.

Eu queria me ater a algumas questões relacionadas a nossa área, a área dos trabalhadores do comércio, porque nós temos poucas oportunidades para fazer esses registros. Primeiro, no sábado, nós tivemos uma palestra fantástica com o Marcio Pochmann, presidente do IPEA, e ele fez uma afirmação, que é correta, de que infelizmente nós privatizamos o lazer, ou seja, transformamos o *shopping center* em local de lazer para a população. Isso é verdade. Os administradores municipais, estaduais e federais, mas principalmente os municipais, incentivam a instalação de *shopping centers*, porque assim não há mais necessidade de construção de praças, não há mais necessidade de construção de espaço de lazer. Ou seja, se joga a população para dentro do *shopping center*, sabendo que milhares de trabalhadores trabalham domingo a domingo, nos feriados, das 10h às 22h, doze horas, treze horas por dia, para atender àquelas pessoas que muitas vezes vão atrás de lazer e não de compra.

Portanto, é necessário que os municípios repensem essa fome de instalação de *shopping centers* nos grandes centros urbanos, que é exatamente para resolver o problema deles: conceder espaço de lazer para a população. E isso os municípios não fazem.

Em consequência da privatização do lazer, milhares de trabalhadores que atuam nos *shopping centers* estão adoecendo em larga escala. Em Florianópolis, 30% dos trabalhadores das empresas instaladas nos *shopping centers* estão na Previdência Social por depressão, com estresse. Quer dizer, não conseguem mais trabalhar porque ficam doze, treze horas dentro de um *shopping center* sem ver a

luz do dia, respirando um ar poluído, com excesso de jornada, e isso não é levado em consideração. Por isso é preciso que se repense esse tipo de situação - os comerciários não estão penalizados por conta disso.

E não são apenas os trabalhadores no comércio, os trabalhadores na alimentação dentro dos *shopping centers*, os seguranças, o pior nessa situação toda são os trabalhadores de supermercados. Talvez muitos de vocês não tenham conhecimento, mas hoje se utiliza um sistema de registro de ponto dos trabalhadores, que trabalham dez, doze horas. No Brasil os comerciários têm numa carga horária de 56 horas semanais, quando, legalmente, são 44 horas.

Em contrapartida ao registro eletrônico de ponto, os empresários, em vez de pelo menos pagar as horas extras por essa exploração, utilizam-se desse registro eletrônico de ponto e deletam as horas extras dos trabalhadores. Deletam! Ou seja, não pagam essas horas extras praticadas pelos trabalhadores.

No ano passado tivemos uma audiência com o ministro do Trabalho, ocasião em que insistimos que ele editasse uma simples portaria para regulamentar o registro eletrônico de ponto a fim de que os trabalhadores recebessem o seu registro impresso [das horas trabalhadas], como se recebe na hora da votação. Faz mais de um ano que fizemos esse requerimento, e o ministro ainda não deu conta de regulamentar esse registro eletrônico de ponto.

Os trabalhadores em caixa são os que mais adoecem, pela intensidade do trabalho. Há dez, quinze anos, quando era digitado o valor da mercadoria, eles registravam duzentos, trezentos, quinhentos itens por dia, hoje registram dois, três mil itens num determinado tempo. Então, os trabalhadores adoecem, adquirem LER/Dort; são pessoas que em seis meses estão adoecidas. Há insistência de nossa parte em regulamentar esse sistema, estamos há quinze anos colocando na nossa pauta de reivindicação uma regulamentação do caixa, uma regulamentação do trabalho no comércio, e os empresários nem sequer se dignaram a discutir a nossa pauta, não discutem a pauta que propusemos em negociação coletiva.

Então, são várias questões que estão colocadas nas quais o Movimento Sindical tem que ter uma atuação melhor, como na prevenção da doença profissional e de acidente de trabalho, principalmente na doença profissional. E a gente não tem a correspondência na fiscalização; a fiscalização é muito pequena. Os governos que se sucederam neste país não dão importância ao Ministério do Trabalho, um dos ministérios com menor estrutura no Brasil. É só verificarmos a estrutura que tem qualquer outro ministério aqui em Florianópolis e comparar com a do Ministério do Trabalho.

Todos os governos jamais se preocuparam em dotar o Ministério do Trabalho com as condições necessárias para fazer a fiscalização. E quando o empresário sabe que a impunidade corre solta, ele não tem nenhuma preocupação com a prevenção, essa que é a verdade.

Portanto, é necessário que a gente repense muita coisa, que o Movimento Sindical repense a sua atuação, que tenha uma participação efetiva na prevenção e no combate à exploração dos trabalhadores, para que a gente possa pelo menos visualizar outro tipo de situação dos trabalhadores.

E, finalmente, queria colocar que a remuneração dos trabalhadores também contribui muito para isso. Não é aceitável que se esteja negociando, aqui em Santa Catarina, na área da indústria, do comércio, em qualquer ramo, convenções coletivas com salário mínimo de R\$ 500,00, de R\$ 480,00. Que condições esse trabalhador tem para se prevenir de acidentes, para se prevenir da doença profissional, se ele é mal nutrido, se não tem condições de suprir sua família com as condições necessárias de sobrevivência? É necessário também que os empresários repensem as negociações coletivas, que repensem o salário pago aos trabalhadores, para que o trabalhador possa ter, finalmente, condições de sobrevivência dele e de sua família - e talvez se acidente menos, talvez adoça menos.

Concluindo, queria agradecer a oportunidade de a gente poder, pelo menos, registrar algumas angústias que temos na relação entre capital e trabalho aqui em Santa Catarina e no Brasil. E que, talvez, este evento possa dar uma contribuição efetiva para essa nossa preocupação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Muito obrigado, Alano.

Só para esclarecer a formatação da mesa, Alano, ficou subentendido pelo grupo que organizou que o Movida, em tese, estaria representando o movimento sindical.

Além disso, ontem, na cidade de Jaraguá, teve uma grande mobilização por parte dos sindicatos. Uma movimentação com aproximadamente mil pessoas fazendo esse debate num ato público - e os sindicatos se mobilizaram na cidade de Jaraguá. Ao mesmo tempo, foram encaminhados convites para todos os sindicatos, inclusive, aqui da Grande Florianópolis - mas houve pleno acordo de que os sindicatos precisam rever o seu perfil, principalmente no que tange à questão das doenças ocupacionais.

Gostaria de passar a palavra ao doutor Acir Alfredo Hack, chefe da Procuradoria Regional do Trabalho em Santa Catarina.

**O SR. PROCURADOR ACIR ALFREDO HACK** - Gostaria de cumprimentar V.Exa., deputado Jailson, e cumprimentando-o, cumprimento os demais componentes da mesa; e cumprimento as pessoas que tiveram a coragem e a vontade de vir para o debate de um assunto tão importante, que envolve todos.

Dizer a V.Exa. que o Ministério Público do Trabalho tem uma preocupação muito grande, e que uma das suas principais metas é o combate às irregularidades que põem em risco a saúde e a segurança do nosso trabalhador.

Evidentemente, as nossas ações têm por característica a prevenção. As nossas ações civis públicas têm o seu escopo inicial nas ações que visam cessar o agente causador das lesões. Evidente que a ação civil pública, no Brasil, é uma coisa recente - uma década - e há, às vezes, uma incompreensão, uma dificuldade, como disse o doutor Hélio: no seu alcance. A preocupação de que uma ação incisiva e forte do Estado, principalmente do Judiciário, possa causar um conflito de interesses à saúde do trabalhador ou à sobrevivência da empresa. Enquanto nós tivermos dilemas dessa natureza, enquanto estivermos preocupados com a questão financeira em detrimento da saúde do trabalhador ou da população, nós teremos esses números alarmantes de acidentes de trabalho ou doenças profissionais.

Nós, em Santa Catarina, temos em torno de cinquenta ações civis públicas em andamento, que tentam proteger em torno de 120 mil a 150 mil trabalhadores. Em regra, na primeira instância conseguimos liminares que façam cessar essa atividade maléfica, mas a mesma compreensão às vezes não é feita em segunda instância, que preocupa-se mais com a parte processual do que o direito material posto em jogo.

Portanto, se nós não tivermos a conscientização dos trabalhadores, da população em si, porque todos, indistintamente, qualquer família tem na sua base o trabalho, e todos estão sujeitos e expostos a um meio ambiente de trabalho, que às vezes é prejudicial ao trabalhador. Portanto, todos podem ter um acidente de trabalho, uma doença ocupacional em alguém da família.

Os dados que a doutora Cínara apresentou, trazem de custo para o Brasil em torno de 80 milhões/ano, com afastamentos do trabalho, com atendimento hospitalar e com a recuperação desse trabalhador, quando isso é possível. Mas o mais grave é que nós estamos sendo atingidos na população ativa, em alguém que está dos seus quinze anos aos seus quarenta anos, em plena atividade profissional e econômica, e que quando é atingido por uma doença do trabalho fica afastado, muitas vezes de maneira irrecuperável, sem falar na morte, que causa um transtorno social e familiar sem volta. Para as próprias empresas perder um trabalhador treinado seja pelo Sistema S, seja pela própria empresa que não investiu devidamente na segurança, isso é prejuízo. Muitas vezes a recuperação, o retorno, o treinamento como levam tempo, dão prejuízo. Os empresários que estão modernizados, que estão sintonizados com os problemas sociais estão agindo em prevenção. Mas nem tudo no Brasil pode ser analisado por esse aspecto, tendo em vista os números que a estatística apresenta. Portanto, é necessário, sim, uma ação preventiva forte, seja pelo Ministério Público do Trabalho, seja pela fiscalização do trabalho, seja pela aceitação das nossas ações civis públicas, doutor Hélio, pelo Poder Judiciário Trabalhista, seja pelos trabalhadores ou seus representantes sindicais. Que também têm legitimidade para propositura da ação civil pública, isso não é exclusividade do Ministério Público do Trabalho. Agora, se o movimento sindical, se o próprio trabalhador não está preocupado com a sua saúde fica difícil o Estado fazer esta cobertura. Embora nós tenhamos a preocupação com o princípio da proteção integral da saúde do trabalhador, muitas vezes isso fica difícil em face do processo judicial e da forma como isso possa ser desenvolvido. Ou seja, pela demora natural e lógica do processo: princípio contraditório, ampla defesa e outros institutos que num regime democrático de direito são necessários.

Agora, algumas modificações legislativas, principalmente na esfera do processo seriam de extrema necessidade, seria fundamental que a responsabilidade do empresário fosse objetiva. O que significa isso? Ele responde, independentemente de culpa ou não, por um acidente de trabalho no âmbito da sua empresa. Diriam alguns: Sim, mas o trabalhador se acidenta porque quer ter o INSS. Isso é risível. Não me passa pela cabeça que alguém quer perde um dedo, uma mão ou ter uma lesão irreversível para ficar encostado, como seria o termo popular. Há necessidade, sim, de treinamento, muito treinamento e investimento pesado para que se evitem esses acidentes.

Muitas vezes, penso eu, o Poder Público municipal e estadual diz: o que eu tenho a ver com isso? Tem, sim. Parcelas desses milhões (que eu falei) são provenientes do SUS, são provenientes de recursos da Saúde, de finanças do Estado. Portanto, no âmbito municipal, acredito que, quando se fosse expedir um alvará para o funcionamento de certas indústrias ou comércio, deveria se exigir ônus como o PSP (Programa de Saúde Ocupacional) ou PDH (Programa de Controle e

Prevenção de Riscos), antes da liberação do alvará. E que os Cerests, através da sua fiscalização, exigisse medidas de segurança desses estabelecimentos. Com isso nós teríamos uma integração de fiscalização.

Evidentemente, quando falamos com os representantes em nível de Federação, de CDL, nós investimos no SESI, nós investimos no SENAI, nós investimos junto a isso, agora e prática? Nós temos hoje acidentes relacionados ao trabalho em número expressivo e discurso não muda essa realidade.

Por isso, eu parabeno à Assembleia Legislativa especialmente a iniciativa de V.Exa. em trazer para o debate um assunto de extrema importância.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, doutor.

Com a palavra o doutor Alexandre Tramontim, médico ortopedista, chefe da seção de Benefícios por Incapacidade, da Gerência de Florianópolis do INSS, que já esteve conosco em duas audiências, uma em Jaraguá e a outra na cidade de Blumenau, debatendo especificamente o contexto da Dort e do LER, por cinco minutos.

**O SR. ALESSANDRE TRAMONTIM** - Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer ao convite e fazer uma saudação aos componentes da mesa, às autoridades presentes, à platéia que nos ouve.

Como o tema é doença relacionada ao trabalho a primeira coisa que nós devemos lembrar é o artigo 7º da Constituição que diz: "são direitos dos trabalhadores, tanto urbanos quanto rurais a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança".

Então a primeira coisa que nós precisamos saber é: será que isso está acontecendo? A Lei 8.213, de 1991, dos benefícios da Previdência Social caracterizou bem as circunstâncias do acidente de trabalho.

No artigo 22, é bom nos lembrar que a empresa deverá comunicar o acidente do trabalho até o 1º dia útil seguinte da ocorrência em caso de morte imediata, porque senão ela está sujeita a penalidades.

Aqui também cabe lembrar com relação ao Programa de Educação Previdenciária, que bem cabe aqui, que os acidentes de trabalho com os seus assemelhados, com as doenças de trabalho, as doenças profissionais, não exigem carência para solicitação de benefícios previdenciários. Portanto, não há necessidade e tempo mínimo de contribuição para o requerente ter os direitos quando ele estiver com os requisitos legais.

A questão dos números já foi bem falada pela doutora Cínara, então vou pular essa parte para nos adiantarmos. Com relação aos números nós sempre nos alarmamos. Como médico do Trabalho que sou, em parte da minha especialização nós ficamos realmente alarmados e indignados quando as pessoas que trabalham para conseguir o seu pão de cada dia têm com contraponto o aborrecimento, como este é originado pelo trabalho. O que nós verificamos é que os números computados até 2006 eram muito pequenos diante da realidade que nós vivamos no dia a dia, na prática diária.

Então, a Previdência se preocupou em criar uma nova metodologia que tivesse como consequência a maior precisão na caracterização dos acidentes de trabalho dos seus assemelhados que a lei dispensa.

Em 1º de abril de 2007, foi publicada a Instrução Normativa 16, que trazia a figura no Nexo Técnico Epidemiológico (NET), justamente com essa intenção de melhorar os dados da Previdência relacionados ao acidente de trabalho.

E, agora, essa instrução normativa foi renovada com a Instrução Normativa 31, de 10 de setembro de 2008, a qual vou destacar alguns pontos rapidamente, se a mesa me permitir.

Um dos primeiros pontos é que a Previdência estava considerando que a notificação dos agravos da saúde do trabalhador, por intermédio da Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT), ia se transformando em instrumento ineficaz no registro das doenças do trabalho. Considerou que a subnotificação dos agravos à saúde do trabalhador compromete o estabelecimento de políticas públicas para a saúde e controle dos riscos ocupacionais. O que se resolveu, então? Resolveu-se ter escrito no artigo 1º dessa Instrução Normativa o estabelecimento de critérios de aplicação das diversas espécies, então criados, de nexos técnicos para os benefícios por incapacidade concedidos pela Previdência Social.

Então, rapidamente, com finalidade didática, eu vou descrever essa alteração normativa. Agora nós temos a partir dessa instrução três grupos de nexos que devemos estabelecer. Primeiro é o nexos profissional do trabalho, já bem caracterizado nos livros de Medicina do Trabalho, em que temos o exemplo clássico da inalação ocupacional de poeiras (por exemplo, a poeira do ferro e a siderose).

O segundo tipo de nexos, também bastante conhecido, é aquele dos acidentes de trabalho típicos e do trajeto, mas agora tem sido no artigo 20, parágrafo 2º, da Lei dos Benefícios, que são algumas



condições individuais que não estão descritas em nenhuma lista da Previdência, mas que podem, sim, ser caracterizadas quando houver esse elo do trabalho com a doença apresentada à Previdência Social.

E o terceiro tipo, que é o mais comentado atualmente, é o nexó técnico epidemiológico previdenciário, aplicável quando houver significância estatística de associação entre o CID (Código Internacional de Doenças), agora a inovação, apresentado à Previdência Social pelo segurado, e a Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE).

Então, qual é o exemplo que podemos dar de um caso assim?

É por exemplo o indivíduo que vem à Previdência Social com uma doença incapacitante para o trabalho, por exemplo, uma bursite de ombro, e nós podemos fazer o elo dessa bursite de ombro, estatisticamente, por exemplo, como atividade que exige movimentos repetitivos e gestos ocupacionais inadequados ergonomicamente.

Então agora, com o advento dessa nova tecnologia estatística, é possível sim estabelecer um nexó entre essas duas entidades, gestos repetitivos, de posição forçada, como a bursite de ombro, tão comum atualmente.

Outra inovação são os agravos com os agentes etiológicos e fatores de risco. Hoje nós podemos fazer o elo, por exemplo, de uma indústria petroquímica que tem benzeno inalado pelos trabalhadores ali presentes, com a leucemia, por exemplo. A indústria têxtil lá da região do Vale do Itajaí, bastante presente em algumas indústrias, ou ruídos prejudiciais à saúde, com perda inclusive auditiva, inclusive por ruído hoje é possível nós fazermos esse nexó.

Lembrando ainda, aos senhores empresários, que a dispensa da vinculação do benefício é uma CAT, que hoje o nexó veio estabelecer, hoje nós não precisamos mais da CAT para estabelecer o nexó da doença com a atividade ocupacional dos nossos segurados, não desobriga em momento nenhum a emissão de CAT nos casos em que antes a lei assim o determinava.

Então o nexó epidemiológico não aboliu em momento nenhum a emissão de CAT, sempre que a lei assim o exigia.

E essa metodologia visou o quê? Minimizar, a notificação expressiva, o que vinha ocorrendo nos acidentes de trabalho, e estimular que as empresas adotem medidas preventivas para que o indivíduo não adoça no ambiente laboral.

Antes de finalizar, deixem-me fazer uma pequena comparação, prezados senhores: hoje nós temos números de que o NTEP aumentou em 148%, em média, o enquadramento dos benefícios previdenciários para o tipo acidentário. Ou seja, o seu enquadramento como acidente de trabalho, de 2007 para cá. Houve um aumento expressivo, muito expressivo, 148% de aumento.

Por exemplo, nós fizemos uma média de comparação para esta apresentação, em fevereiro de 2006, numa média nacional, nós tínhamos uma média em torno de 7% de todos os nossos casos de auxílio doença do caso acidentário. Hoje, mesmo em fevereiro de 2009, na nossa comparação, os nossos casos batem a mais de 20%. Então, foi um aumento expressivo.

Para finalizar, gostaria de agradecer o convite e dizer da importância desses encontros, e dizer que nós estamos trabalhando incansavelmente, no sentido de melhorar os nossos dados e de melhorar consequentemente a sociedade, no que tange a melhores condições, a dignas condições de trabalho e a dar condições para que a nossa sociedade não adoça por motivos ocupacionais.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, doutor.

Nós vamos abrir a palavra ao doutor Dalton, clínico-geral, médico do trabalho e especialista em ergonomia, exercendo suas atividades em Florianópolis. Foi coordenador do programa de Saúde trabalhador de Santa Catarina, em 1953, quando o programa iniciou e foi também ex-presidente da Associação Catarinense de Medicina do Trabalho.

Doutor Dalton, pelo prazo de 15 minutos a 20 minutos. Agora são 20h30min, depois vamos abrir o debate da palestra. Na hora em que o primeiro se inscrever, ficarão abertas as inscrições, desde a primeira inscrição. A Mirela, a nossa assessora de imprensa, está fazendo uma série de anotações, além de estar sendo gravado todo o evento.

Com a palavra o doutor Dalton.

**O SR. DALTON NUERNBERG** - Boa-noite a todos, agradeço inicialmente o convite, parabéns ao Jailson pela brilhante organização deste evento, saúdo os demais membros da mesa e saúdo também a platéia, na qual vejo muitos rostos que conheci nesses anos todos de atuação na área de saúde do trabalhador.

Quero dizer que eu conversei com a doutora Cinara, e nós combinamos inicialmente a questão das estatísticas, mas eu vou apresentar alguma coisa a mais referente ao nosso Estado.

(Procede-se à exibição de imagens)

Alguma coisa geral do próprio Fórum; a situação da saúde do trabalhador no Brasil; as relações entre o trabalho e a saúde do trabalhador

conformam um mosaico, existindo múltiplas situações de trabalho caracterizadas por diferentes estágios de incorporação tecnológica, diferentes formas de organização e gestão; relações e formas de contrato de trabalho. Isso reflete sobre o viver, o adoecer e o morrer dos trabalhadores.

No Brasil, discutir essa área é discutir o País. Nós temos todos os tipos de formas de organização, de relação do trabalho; nós temos empresas da mais alta tecnologia no País; e nós temos as empresas mais atrasadas também. Então, nós temos todos os perfis que se possam existir nessa área. É uma discussão complexa, interdisciplinar, multiprofissional, interinstitucional e que envolve, na verdade, toda a sociedade.

Aqui estão alguns dados estatísticos. Eu não trouxe muita coisa, pois a Cinara já apresentou o que é fundamental. Isso foi de 2007 que eu consegui e é interessante comentar sobre isso, pois 30% dos acidentes atingem mãos, dedos e punhos. Quer dizer, para nós que somos profissionais da área, isso indica que são acidentes evitáveis, desde que se tenham medidas de prevenção e proteção adequadas.

Esse dado já é um pouco antigo. Com a implementação do Nexó Técnico Epidemiológico da Previdência Social, inicialmente houve um crescimento dos registros de 134% dos acidentes em geral, e de LER/Dort, 512%. Isso foi inicialmente; agora, o colega acabou de colocar o índice mais atual.

Segundo a OIT, os acidentes de trabalho custam 4% do PIB mundial. No Brasil, esse percentual fica entre 3% e 5%. Como vocês sabem, no setor público não temos registros de doenças e de acidentes de trabalho. A gente sabe que os índices de aposentadorias por doenças e acidentes no setor público vêm aumentando, mas não temos esses índices. E do setor informal, que representa aí 30%, dependendo da época até 50% da força de trabalho do País, também não se tem o registro. É uma falha grave, digamos assim, do setor público, pois poderíamos tentar buscar esses dados e essas informações, para que pudéssemos ter uma política mais global, pois hoje a política está muito em cima do âmbito do trabalhador celetista.

Esse dado já foi colocado. Então, em 2008, gastou-se R\$ 80 bilhões em tratamento, reabilitação, seguro, perda de tempo ou perda de produtividade, por aí à fora, em acidentes e doenças.

Em Santa Catarina, o número de óbitos em 2008 cresceu 12% em relação a 2007. Então, nós temos, nesses últimos três, quatro anos, um repique no número de acidentes e doenças e no número de óbitos também em nível de Brasil.

Então, este Fórum tem um papel importante, digamos, de analisar o que está acontecendo no setor produtivo do País para buscar explicações para esse aumento do número de vítimas. Foram contabilizados, em 2008, 185 acidentes de trabalho fatais em Santa Catarina e, em 2007, 167. Então, houve um acréscimo. O sul do Estado e o Vale do Itajaí tiveram o maior crescimento no número de mortes: no sul, 264%, principalmente relacionado à indústria carbonífera, a exploração de carvão, e no Vale principalmente no setor da indústria.

Aqui (*mostra a imagem*) alguns números por região, comparando o número de óbitos entre 2007 e 2008. É uma verdadeira guerra o que nós estamos vivendo no momento atual.

Esses são os números dos acidentes de trabalho com óbito em 2007 e 2008 em Santa Catarina, sendo que, em 2008, as principais causas de acidentes de trabalho com óbitos foram: transportes, quedas, forças inanimadas, corrente elétrica, afogamento e outros. As principais causas dos 83 acidentes de trabalho com óbito envolvendo transportes são: outras que não foram esclarecidas; acidentes com motocicletas - uma verdadeira epidemia que vemos todos os dias no noticiário -; atropelamento de pedestres; automóveis; transportes pesados - acidentes causados por cargas pesadas -; e ciclistas - é perigoso ser ciclista no Estado de Santa Catarina, porque infelizmente não temos ciclovias ou elas praticamente são mínimas.

Bases legais para as ações de saúde do trabalhador: a execução das ações voltadas para a saúde do trabalhador é uma atribuição do SUS, prescrita pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica da Saúde (LOS), que é de 1990. Quer dizer, nós temos um lapso histórico de muitos anos, e aí, talvez, se explique o porquê principalmente da falta de assistência aos trabalhadores acidentados, ou com doenças do trabalho ou relacionadas ao trabalho.

Saúde do trabalhador: conjunto de atividades a que se destina, por meio das ações de Vigilância Epidemiológica e Sanitária, à promoção e proteção da saúde do trabalhador, assim como visa à recuperação, à reabilitação dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.

O que eu posso comentar sobre isso - já fui, não coordenador do Programa de Saúde do Trabalhador do Estado, como foi colocado, mas do município de Florianópolis - é que é histórica a dificuldade de atuação na área por profissionais capacitados, profissionais com formação. Ainda no Brasil grande parte dos profissionais teve sua formação na área por iniciativa própria. Por iniciativa pública essa formação é muito deficiente, ou seja, existem poucos serviços que

formam profissionais com capacitação para atuar na área. Esta é uma das grandes deficiências: a formação de profissionais. A outra grande deficiência é a própria estruturação e organização do serviço público do SUS, enfim os Programas de Saúde do Trabalhador, que começa a se organizar. Mas eu com 25 anos de atuação na área, assim como outros colegas que estão aqui, afirmo para vocês que o serviço público só vai caminhar se tiver organização, se tiver participação dos trabalhadores, se tiver envolvimento da classe empresarial, para que funcione e, de fato, tenha qualidade na assistência aos trabalhadores doentes.

No Brasil, a primeira questão é a falta de exemplo do próprio setor público, do próprio setor governamental, quer dizer, não tem legislação, não é exemplo na área, não tem estatística nenhuma sobre a situação dos servidores públicos, do que acomete as doenças do trabalho, dos acidentes de trabalho no setor público. Então, é difícil fazer esse debate - começa por aí.

No nosso ponto de vista e acompanhando a fiscalização principalmente do Ministério do Trabalho e mesmo da Previdência Social do setor da saúde, a fiscalização é ineficiente. Faltam profissionais, mais uma vez falta formação para esses profissionais, falta remuneração adequada para esses profissionais. Parece-me que a fiscalização nos últimos anos vem diminuindo, e que o problema da fiscalização continua o mesmo há muitos anos. As grandes empresas, que são mais organizadas, que normalmente tem serviço de segurança e saúde do trabalhador, são as mais fiscalizadas. O grande problema no Brasil continua nas pequenas e médias empresas, onde acontecem normalmente os acidentes mais graves e onde as condições de trabalho são mais precárias.

Alguns exemplos que a gente tem acompanhando na nossa atuação profissional é que, em geral, as empresas que mais investem no seu capital humano, inclusive em segurança do trabalho e saúde, são as que obtêm os maiores índices de produtividade e satisfação profissional. São aquelas empresas cujos empregados normalmente não querem sair de lá. E existem várias iniciativas desse tipo que têm dado bons resultados País a fora, mundo a fora.

Aliás, os resultados estão sendo obtidos nas empresas que combinam políticas de prevenção e promoção agregadas às políticas de qualidade de vida e proteção ao meio. Isso já falaram aqui, não preciso nem comentar.

Quanto ao Movimento Sindical, parece que houve um retrocesso na área da saúde do trabalhador. Eu já fui assessor sindical nos anos 1980 e 1990, e parece-me que o Movimento Sindical foi muito mais atuante, muito mais organizado, muito mais ativo e com muito mais condições de debate nos anos 1980 principalmente. De lá para cá ele vem paulatinamente diminuindo a sua atuação e a sua importância na luta pela saúde do trabalhador. Continua atuando basicamente na demanda no sentido de reconhecimento e registro de doenças e acidentes. Isso temos que reconhecer, o Movimento Sindical continua combatendo e buscando reconhecer os acidentes e as doenças, mas na questão fundamental, que é a organização dos locais de trabalho, a luta pela prevenção, inclusive nas negociações coletivas, parece-me que o Movimento Sindical, talvez até pela precarização das relações de trabalho no País, vem deixando a desejar nos últimos anos.

Eu sempre tive essa percepção: que são nas negociações coletivas o grande momento de o Movimento Sindical debater as questões de saúde e trabalho. As pautas que a gente tem acompanhando e visto nas negociações coletivas, se fomos falar de forma geral - porque tem sindicatos, tem categorias que tem boas pautas -, são muito pobres, voltadas apenas à questão financeiro-econômica.

Eu tive a oportunidade de fazer Ergonomia, tenho formação nessa área, e ela é um instrumento fundamental para a melhoria da qualidade da produção, do serviço, do ambiente e da organização do trabalho, permitindo adaptar o trabalho ao ser humano.

A ergonomia permite estudar o trabalho, o que é fundamental no País. Quer dizer, para que a gente tenha uma intervenção forte, uma intervenção que dê resultados, a gente precisa conhecer o trabalho, precisa conhecer as condições do trabalho, precisa conhecer a organização do trabalho, enfim, precisa conhecer o chão de fábrica, como os trabalhadores produzem em cada ambiente de trabalho.

Cada ambiente tem as suas características, as suas peculiaridades, e é isso que a gente precisa conhecer para fazer uma intervenção coerente, adequada e que permita garantir a saúde e a segurança.

*Gestão das empresas.* Em questão de RH, as empresas devem ser flexíveis e permitirem a autorregulação dos trabalhadores. Isso ainda é um sonho no Brasil, mas é o que a ergonomia recomenda, é o que nós vemos como possibilidade de haver uma aproximação, uma negociação nesse sentido. Existe necessidade de flexibilidade nas relações de trabalho, existe necessidade também de que o trabalhador se autorregule, isto é, que possa se regular no trabalho. Um trabalhador treinado, um trabalhador com conhecimento na sua área de produção é perfeitamente regulável; a chefia não precisa estar pressionando, não é preciso ter um capataz ou um supervisor pressionando-o.

Então, a relação de trabalho é um dos fatores que hoje leva a essa epidemia de distúrbios neuropsíquicos e musculares relacionados ao trabalho.

Como o trabalhador é quem tem maior conhecimento dos ambientes do trabalho em si, deve participar com seu conhecimento para a melhoria das condições e segurança no trabalho. Quer dizer, o trabalhador deve ser ouvido e, sempre que tiver oportunidade, ter a iniciativa de participar para que o seu conhecimento possa ser valorizado na melhoria das condições de trabalho.

*Condições e organização do trabalho.* Essa é uma questão que a gente já discutiu em alguns fóruns e eventos, defendendo que a questão da saúde, trabalho e meio ambiente devam ser presente na matriz curricular, venha a ser disciplina curricular no ensino fundamental e superior.

“É por meio do desenvolvimento da concepção preventivista que se pode revolucionar a saúde e a qualidade de vida no País.

Saúde é uma conquista de cada dia”.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado doutor Dalton.

Nós sabemos que esse tema é extremamente instigante e a conduta de todos nós, pelo histórico de quem já atua no movimento e de quem está aqui, é de sermos perseverantes, tendo em vista o quanto temos que avançar.

Nós vamos abrir a palavra, quem for falar ocupe aquele patamar e o microfone sem fio porque está sendo gravado. Nós pedimos que as intervenções e os questionamentos sejam no tempo de dois minutos. E o pessoal da mesa vai anotando e no final responde em bloco, está o.k.?

Com a palavra o senhor Nicolau de Almeida Neto.

**O SR. NICOLAU DE ALMEIDA NETO** - Sou da União Geral dos Trabalhadores e, primeiro, quero dizer que não nos sentimos à vontade para estar nessa mesa com a Federação das Indústrias de Santa Catarina, por entendermos que esta Federação representa as indústrias que mais mutilam e matam trabalhadores. Por isso, não fomos à mesa.

Com relação a algumas questões que foram colocadas: hoje, além da grande dificuldade na implementação da Política Nacional de Saúde, nós temos a política nos pequenos e médios municípios que tem feito com que alguns Cerests e até mesmo fiscais da própria Vigilância Sanitária sejam retirados de dentro das empresas, porque a fiscalização dos Cerests está indo de encontro àqueles que financiaram os prefeitos e os vereadores.

Então, há uma preocupação do movimento sindical em fortalecer os Cerests, estadual e regionais, com uma política que efetivamente faça com que os trabalhadores sejam respeitados. Muitas vezes o próprio Cerest, como temos relatos, procura a guarida do próprio Ministério Público do Trabalho para poder efetivamente realizar o seu trabalho, sem intervenção político-partidária.

Quereria dizer também, que a proposta do doutor Acir é uma luta do movimento sindical, sim, para que se abram as empresas somente depois de garantida a segurança no trabalho, porque as prefeituras e o governo do Estado - os governos - se preocupam em dar as autorizações somente com o objetivo de garantir o lucro.

E queria citar, rapidamente, que uma ação do Cerest de Florianópolis causou o maior furor entre os empresários donos de postos de gasolina, aqui na Grande Florianópolis: eles exigiram apenas um exame, um hemograma dos trabalhadores dos postos de gasolina, para se verificar a questão do benzeno.

Então tem questão política, nós temos que resolver essa situação. Por isso que a gente tem que deixar claro e, além disso, avançar no sistema público para que os médicos, para que os enfermeiros, para que as pessoas entendam que 80% dos trabalhadores que chegam doentes ao posto de saúde saíram de dentro de uma fábrica, de uma facção ou de algum lugar. A respeito disso a gente ainda não tem ressonância - e é isto o que o companheiro Dalton fala: que as pessoas ainda não estão qualificadas para fazer atendimento ao trabalhador.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, Nicolau.

De qualquer maneira, gostaria de registrar, Nicolau - esse é o meu papel enquanto parlamentar, sou um deputado do Partido dos Trabalhadores, mas aqui a gente representa o povo catarinense... Democraticamente não se pode, na minha concepção, debater a melhoria das condições de trabalho sem ter o empresariado discutindo junto. Então temos essa clareza - por isso a importância, e agradeço aqui o representante do empresariado, que nem sempre se faz presente. (*Palmas.*)

O próximo inscrito é o senhor Alexandre Ritter, neste ato representando o Sindicato dos Bancários de Florianópolis.

**O SR. ALEXANDRE RITTER** - Quero cumprimentar o companheiro aqui da mesa e a plateia.

Primeiro, eu gostaria de falar de um abaixo-assinado que nós, o Sindicato dos Bancários, fizemos contra um projeto de lei do deputa-

do Gelson Merísio - era para acabar com a obrigatoriedade das portas giratórias. Então, eu gostaria de ler a carta que estamos encaminhando, e quero entregá-la ao presidente da mesa.

*(Passa a ler.)*

"O Sindicato dos Bancários de Florianópolis e Região vem, por meio desta, manifestar repúdio ao Projeto de Lei 162.7/08, de autoria do deputado estadual Gelson Merísio, que dispõe sobre a revogação da Lei Estadual 10.501/1997.

Entendemos que a aprovação desse projeto será um retrocesso ao que se compreende por segurança em agências bancárias, tanto para clientes quanto para a preservação da saúde e da segurança de bancários e bancárias.

Em anexo, encaminhamos a esta Casa Legislativa abaixo-assinado com mais de cinco mil assinaturas contrárias ao referido projeto.

Certos de que a Assembleia Legislativa tem por princípio básico defender e preservar a vida de todos os cidadãos e cidadãs catarinenses, solicitamos que o PL 162.7/08 seja arquivado.

Atenciosamente, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região".

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Qual o número de assinaturas?

**O SR. ALEXANDRE RITTER** - São cinco mil assinaturas. *(Palmas.)*

Tem outro problema está acontecendo muito no ramo bancário, e acredito que também em outros ramos. É o seguinte: já é uma dificuldade o banco, hoje em dia, emitir uma CAT. O que acontece? Às vezes, depois de todo o trabalho, de tanta pressão dos sindicatos para o banco emitir a CAT, está acontecendo que na própria Previdência o médico não está reconhecendo a CAT. Isso é um problema que acontece tanto nos estabelecimentos bancários, como em muitos outros ramos também.

Segundo, fazer uma propaganda do nosso sindicato. O Sindicato está montando, a partir de amanhã, o primeiro encontro do grupo dos bancários e bancárias pela vida. Estamos aqui com a camiseta, bonitinha... É o seguinte: hoje em dia, quando o pessoal está afastado por LER ou por depressão, o que acontece? A pessoa tende a se retrair, ficar em casa, não tem mais muita vontade de sair à rua, os próprios colegas de trabalho se afastam. Então, com isso, o que a gente está tentando fazer? Que eles voltem a conviver, que troquem experiências entre eles, principalmente com o apoio de um psicólogo e de um médico do trabalho que vão acompanhar esse grupo para que, aos poucos, eles voltem a sentir prazer em fazer as atividades - porque, infelizmente, em não passando por esse processo, eles tendem a ficar retraídos. É isso.

Obrigado, pessoal. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, Alexandre.

A camiseta diz: "Trabalhar sim, adoecer, não". Bom garoto-propaganda!

Na próxima intervenção nós estaremos encerrando as inscrições.

Com a palavra o senhor Hamilton Garcez.

**O SR. HAMILTON GARCEZ** - Boa-noite a todos. É uma satisfação estar participando do evento, principalmente porque viemos de uma luta de mais de vinte anos, nessa área. Eu tenho a satisfação de rever uma professora de doenças ocupacionais, a doutora Taís, que deu aula pra gente no curso de Engenharia de Segurança do Trabalho.

Mas é rápido, é só uma proposta. Quando participei da reunião do Fórum, que a senhora preside, a doutora Edna comentou sobre um projeto, em Lages, que inclui no currículo escolar uma matéria sobre segurança e prevenção no trabalho.

Então, eu queria deixar como sugestão à mesa, que pense na possibilidade de ampliar esse projeto, incluindo essa matéria nos currículos das escolas estaduais. Deixo essa sugestão, pois creio que deva ser organizada como um projeto de lei.

Obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado. Com essa sugestão, nós vamos aproveitar e fazer uma indicação aqui: que a Secretaria da Educação comece a pensar nisso. E o abaixo-assinado que nos foi entregue, iremos encaminhá-lo ao deputado Merísio.

**A SRA. EDNA MARIA NIERO** - Sou assessora do Ministério Público do Trabalho e médica da Universidade Federal de Santa Catarina. Quero dizer que o programa que o Hamilton se referiu é a menina dos olhos de muita gente. Mas nós temos que dar o crédito, e na verdade esse programa é do Ministério do Trabalho e Emprego. Quando tomei conhecimento do programa, disse: vamos implantar no município. É um programa lindo, que trabalha com meninos entre 8 anos e 10 anos de idade, as questões da saúde do trabalhador. Daqui a 8 anos eles estarão no mercado de trabalho, e é neles que a gente acredita. Nós, aqui, ainda estamos na luta, mas a ideologia, a crença e os valores que a gente tem é que acabam emergindo. Então, é na meninada que a gente tem que investir.

Então, é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego que está à disposição de qualquer Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria da Saúde do Estado, que tem sido a nossa atual luta.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Com a palavra a senhora Liliansa Pischki, representante da CUT.

**A SRA. LILIANA PISCKI** - Representando a Central, vou fazer algumas considerações.

Quando a gente diz que a legislação não é problema... acho que a gente avançou muito na legislação, visto que a gente brigava para ser reconhecida a LER/Dort. E quando se diz que a gente precisa de educação, conscientização... O trabalhador conhece, sim, o seu local de trabalho e os perigos a que está exposto, mas qual a argumentação que fará para justificar que aquele local lhe está adoecendo? Quais são os recursos e as oportunidades que tem para falar isso? Ele não tem! Ele não tem oportunidade para falar isso. Se a gente ver os mapas de risco que são elaborados pelas empresas... são elaborados por técnicos que não têm a capacidade de chegar para o trabalhador e perguntar o que ele acha do seu local de trabalho.

*Com relação às Cipas, acho que a gente deva discutir um pouco mais, discutir muito com relação a isso. Porque o cipeiro é eleito democraticamente (os trabalhadores indicam os seus e os empregadores os seus), porém, o presidente da Cipa é indicado por um empregador. O cipeiro não tem - e essa é uma das pautas que a CUT orienta os seus sindicatos a pedir na negociação coletiva - ao menos uma hora para circular na empresa. Às vezes, o cipeiro chega, bate o seu cartão, trabalha num setor e não conhece o conjunto da empresa onde trabalha. Daí ele é convidado para uma reunião da Cipa, mas ele não conhece, não visitou os outros locais.*

*E a gente leva isso para mesa de negociação? Não! O que vocês querem discutir: nos vamos discutir as causas econômicas, vamos deixar a convenção como está. O sindical discute, sim, elabora e está levando para mesa de negociação a pauta da convenção que está discutindo saúde do trabalhador e melhorias nos locais de trabalho. Mas quando vai para mesa de negociação a resposta que vem da patronal é a seguinte: nós damos tantos por cento de aumento, vamos discutir as cláusulas econômicas e isso aqui vamos deixar, porque isso não nos interessa. Não interessa por quê? Porque o trabalhador e o movimento sindical conhecem. E ao o que repauta? Repauta lá na fala do Alano, quando diz que o movimento sindical acaba se reportando ao trabalhador na orientação e para indicá-lo para a Previdência, para o Cerest, para o Ministério do Trabalho. E aí o Sindicato tem que recorrer a isso. Por quê? Porque quando a gente senta na mesa de negociação para dizer que não queremos discutir só as cláusulas econômicas, queremos discutir ambiente de trabalho, a organização do trabalho, a autonomia dos trabalhadores para poder sentar e formar uma comissão de empresa, os empresários dizem não, não queremos. Quais as empresas catarinenses que têm comitê sindical de empresa? Qual a empresa catarinense que tem organização no local de trabalho? Não, o Sindicato não pode, não consegue se organizar dentro da empresa por causa disso. E muitas vezes essas questões estão relacionadas, sim, às questões de saúde e de segurança do trabalhador.*

Quando a gente coloca uma simples cláusula numa convenção coletiva para disponibilizar o cipeiro... e o Sindicato negocia para que o cipeiro tenha uma hora para poder sair e fiscalizar durante aquele dia até a reunião da Cipa, porque acho que ele tinha que ter uma hora por semana, por dia, para fiscalizar o seu local de trabalho e de toda a empresa que ele está trabalhando, não só do seu setor - não, o cipeiro não pode.

Então, acho que a gente tem que avançar e muito. Mas precisa muito da compreensão também do empresariado para isso, para quando sentar na mesa de negociação ter esse tipo de compreensão.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, Liliansa.

Concedo a palavra à senhora Ana Roeder, de Jaraguá do Sul.

**A SRA. ANA ROEDER** - Boa-noite, deputado Jailson, ao cumprimentá-lo, cumprimento todas as autoridades da mesa.

O senhor sabe da nossa dificuldade em provar a doença, a qual o trabalhador é acometido, porque é médico na cidade de Jaraguá do Sul da Associação dos Portadores de Doenças Profissionais, e contratado pelos sindicatos para fazer esse trabalho. Muitos correram de Jaraguá do Sul. Temos o juiz aqui na mesa, é bom que o senhor saiba que contratamos vários médicos e todos, ó... saíram de fininho! Porque os empresários não aceitam que o Sindicato se organize, que os trabalhadores vão à Justiça provar que realmente estão doentes.

Agora me reportando mais a autoridade do senhor juiz aqui, quero dizer o seguinte, excelência: em Jaraguá do Sul, as pessoas adoecem duas vezes. Elas adoecem pela doença adquirida no local de trabalho e depois para provar que estão doentes. A humilhação que elas sofrem é uma coisa alarmante.

Em 2003, foi fundada em Jaraguá do Sul a Associação dos Portadores de Doenças Profissionais, a qual a presidente Ângela está aqui e mais a Neli, que é da direção.

E hoje, pasmem, nós temos três mil pessoas cadastradas, sendo que mil pessoas comprovadamente, o doutor Jailson está aqui para atestar, têm a doença. E sabem quantas dessas pessoas recebem o benefício ou têm a sua dignidade resgatada? Porque ninguém quer esmola, ninguém quer viver do dinheiro do INSS, eles querem saúde, querem ergonomia nos locais de trabalho, querem o direito à vida, pois não adianta você ter dinheiro e não ter saúde. O trabalho tem que dar prazer às pessoas, e não adoecê-las. E é isso o que está acontecendo.

Não culpo somente os empresários, porque há muitos trabalhadores que não usam os EPIs, que estão disponíveis. Eles não têm ainda consciência que a saúde é o que nós temos de melhor. A empresa pode ter a melhor máquina, a mais moderna, mas para operá-la precisa de um trabalhador. E se a empresa não tiver um investimento na saúde daqueles que são os colaboradores não adianta ter tecnologia.

Então, o que nós, do movimento sindical, lutamos é por um local de trabalho sadio, por uma ergonomia que vá atender os trabalhadores para que eles não adoçam. E que aqueles R\$ 600,00, R\$ 700,00 que eles ganham sirva para comprar alimento, e não para comprar remédio.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado Ana. Passo a palavra ao senhor Mário Jorge Maia.

**O SR. MÁRIO JORGE MAIA** - Boa-noite a todos. Sou coordenador do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis, o Sinergia.

Vim aqui parabenizar o deputado, porque ações como esta viabilizam que a sociedade e o trabalhador conheçam os seus direitos. Ações como as do Movida, fundado em 2003, e que ontem em Jaraguá realizou um belo ato, a gente estava lá presente. E denunciar a Celesc, nossa empresa distribuidora de energia elétrica de Santa Catarina, que nos últimos anos vem precarizando bastante o trabalho.

A gente está já há uns seis meses sendo, quase duas vezes por mês, intimado pelo Ministério Público do Trabalho, há duas semanas a gente esteve bateu um papo com o doutor Egon (Egon Koerner Júnior, com o doutor Anestor (Anestor Mezzomo, que também nos intimou, tem alguma coisa com a doutora Cinara (Cinara Sales Graeff) também, e principalmente com a doutora Quézia (Quézia Araújo Duarte de Aguiar), na questão da terceirização dentro da atividade-fim da Celesc, onde todo mês, algum trabalhador do nosso ramo ou é mutilado ou é morto. E nós temos um preço. Numa discussão dentro do Ministério Público do Trabalho a própria advogada da empresa fez o comentário de que nas últimas quatro mortes no setor elétrico de Santa Catarina a Celesc gastou, está respondendo por ações de R\$ 8 milhões. Quer dizer, cada um de nós, neste trabalho, temos o preço de R\$ 2 milhões. É mais fácil pagar do que investir em prevenção. Porque se tivesse investido esse valor em prevenção esses companheiros não tinham falecido.

Então a situação é muito grave e na quinta-feira passada, em todo o Estado a gente paralisou os trabalhadores da Celesc, e não foi por salário, mas foi contra a precarização do trabalho.

Quando a própria empresa chega e diz que 85% da empresa, dos trabalhadores estavam paralisados, na nossa conta eram 95%, porque só entraram gerentes para trabalhar.

Dessa forma o próprio trabalhador não está realmente satisfeito com o tipo de trabalho, com a precarização que vem acontecendo dentro da empresa.

Parabenizo o deputado, o pessoal do Ministério Público, porque a gente está levando uma ação conjunta, esperamos que a gente consiga barrar um pouco dessa terceirização dentro do setor, que está avançando bastante e está precarizando bastante o trabalho.

Só um exemplo rapidinho, o nosso *call center*, que é terceirizado, que a gente acha, tem certeza, tem até documentação da Celesc que diz que tem que ser a atividade-fim da empresa, recentemente trocou a empresa que faz esse atendimento por telefone, que era a Transul que fazia isso, um trabalhador da Transul recebia um salário, explorado, de R\$ 660,00 e um tíquete-alimentação de R\$ 6 por dia. No outro dia a Telco do Brasil ganhou a concorrência e o mesmo trabalhador, fazendo o mesmo trabalho, está ganhando hoje R\$ 450,00 e um tíquete-alimentação de R\$ 3,00. Como é que uma pessoa dessas pode atender alguém bem desse jeito, recebendo hora extra por fora, sem que seja colocado no seu contracheque, sendo que isso tem incidência em cima de qualquer coisa?

Provavelmente neste mês de maio a gente está tocando algumas ações na Celesc e a gente está indo, provavelmente na semana que vem, falar com a doutora Quézia, para que a gente tome uma decisão firme em cima da empresa junto com a - a gente ainda costuma chamar de DRT, o movimento sindical há muito tempo é DRT - mais a superintendência, trabalho e emprego, para que a gente consiga reverter a situação

Numa *blitz* que a gente fez na Celesc, de manhã cedo, antes que todos os veículos saíssem para trabalhar, dos 35 carros vistoriados na agência regional de Florianópolis, na Avenida Ivo Silveira, dos 35, entre carros próprios e terceirizados, nenhum passou na vistoria. Em todos eles está faltando IPI, IPC. É uma vergonha que na maior empresa do Estado esteja acontecendo isso, um desmonte que para nós cheira a privatização.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Eu gostaria de pedir licença ao Mário e à platéia, pois entramos em um tema específico de uma empresa, que é uma empresa do Estado... é uma concepção de gestão de Estado, né? Eu vou me pronunciar sobre isso aqui no Plenário da Assembleia e tratar essa questão da Celesc, especificamente, de uma forma diferenciada do contexto do debate que estamos fazendo.

**O SR. MÁRIO JORGE MAIA** - Amanhã sairá no DC uma carta à população explicando os motivos pelos quais de domingo para cá... principalmente no Diário Catarinense estão saindo matérias: de um lado a empresa e do outro o sindicato, e para nós é uma afronta, porque a mídia nunca nos deu tanto espaço como está dando, mas a gente está aproveitando o momento para esclarecer a população. Amanhã entregaremos uma carta aos deputados aqui na Assembleia dizendo o que realmente está acontecendo dentro da empresa Celesc.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, Mário, somos solidários ao movimento.

Eu vou chamar os próximos inscritos e gostaria de pedir que eles se ativessem ao tempo de dois minutos, por gentileza.

Com a palavra a senhora Luciléia Pereira, presidente do Sindicato dos Psicólogos.

**A SRA. LUCILÉIA PEREIRA** - Boa-noite a todos.

Eu fico muito triste de ver que num seminário sobre a saúde do trabalhador, em pleno Século XXI, ainda se separa a saúde mental da saúde física do trabalhador. Inclusive, eu arriscaria dizer para a doutora que as estatísticas que ela nos trouxe, se fôssemos levá-las para a saúde mental, esses trabalhadores teriam adoecido bem antes, quando acontece, por exemplo, da perda de um dedo, ou seja lá o que for, e teríamos um número imenso.

O nosso colega bancário trouxe um trabalho, que acho que é necessário em todos os sindicatos - talvez as empresas deversem oferecer isso - sobre apoio ao trabalhador que está doente de alguma coisa física, porque ele não está apenas fisicamente doente. As doenças psicossomáticas prováveis vêm depois com o isolamento desse trabalhador, com o seu sentimento de sublimação, o seu isolamento por não poder trabalhar. Muitas vezes a perda de um dedo para alguns significa a perda de outras coisas também. Cada pessoa reage de uma forma; a perda de alguma coisa para você não é a mesma para outra pessoa.

Outro dia ouvi um juiz dizer que concedeu uma indenização de R\$ 30 mil por um dedo de um trabalhador. Será que dá para a gente dizer quanto vale?

Eu acho que nós temos de pensar nos espaços físicos em que estão os trabalhadores, ouvi-los enquanto pessoa, e falar da consciência do trabalhador dentro da empresa, para que ele veja o ambiente em que está, para que ele reivindique, porque sabemos que isso não existe dentro da empresa.

Mas eu quero falar da consciência do empresário. Discute-se tanto qualidade de vida, ergonomia, mas o que está se falando de ergonomia nas empresas que mais ganham dinheiro? Uma baia de um metro e meio, com a cor adequada para ele ficar tranquilo - cromoterapia, né?! Tudo o que o psicólogo estuda é usado de forma diferente dentro da empresa; o funcionário que fica em uma sala vazia, com um porta-retrato da família... E se for em um ambiente de telemarketing então, quando ele não consegue um cliente todos levantam a cabeça e xingam de uma forma... Claro que não é um xingamento assim... Mas vocês imaginem como é que essa pessoa se sente. Que consciência tem esse empresário ao tirar suas férias em Cancun, ou sei lá onde, sabendo que tem um monte de funcionários doentes. Eu não entendo isso, gente!

Eu acho que qualidade de vida, consciência social... A pessoa tem que ganhar dinheiro, sim, mas também tem que pensar que os seus funcionários estão felizes. Que qualidade é essa? Que consciência social é essa?

Deixo aqui registrado o meu desejo para os futuros debates sobre a saúde do trabalhador: que a carga horária máxima nunca passe de 40 horas e que o trabalhador tenha direito a 30 dias de férias por ano. Sabem por quê? Porque na primeira semana ele ainda não se desligou do trabalho; na segunda ele começa a relaxar; na terceira ele faz um reconhecimento do ambiente em que está; e na quarta ele está pronto para voltar ao trabalho, cheio de gás e tal.

Então, quando se obriga ou manipula o trabalhador para vender dias ou horas de trabalho - ele trabalha anos e anos sem férias ou, de vez em quando, tira três dias, quinze dias -, está errado!

Por que isso? Porque temos uma demanda muito grande de força de trabalho? Senhores, vamos pensar na qualidade, estamos falando sem ser humano.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Com a palavra o senhor Paulo Arruda, da Cerest de Lages, por até dois minutos.

**O SR. PAULO ARRUDA** - Primeiramente, mais uma vez quero parabenizar este momento, porque eu considero um marco na história da saúde do trabalhador do Estado de Santa Catarina. Também quero dizer que uma única coisa que ainda me deixa um pouco nervoso é porque às vezes tenho a impressão de que nós da serra, nós, lagea-

nos, somos os únicos a levantar o tema das pessoas contaminadas por exposição aos agrotóxicos.

Nós estamos aqui há duas horas e dez minutos, e em nenhum momento se levantou este tema. Temos um índice alarmante de casos de câncer no planalto serrano. Na relação número de habitantes por casos de câncer, nós ganhamos. Infelizmente, um número bem superior em relação às outras regiões. A cada safra e entressafra, estamos recebendo no nosso Cerest um número cada vez maior de notificações de trabalhadores intoxicados.

Então, eu gostaria de deixar para vocês uma única informação: na safra da maçã de 1995 se encerrou a safra com 15 banhos, ou seja, com quinze aplicações de agrotóxicos; a safra de 2006 se encerrou com 42. Em onze anos mais do que duplicou. E este ano, por causa do excesso de chuvas em novembro - que causou tantas tragédias em outras áreas do nosso Estado -, a última informação extraoficial que recebemos do trabalhador de uma grande empresa da nossa região, é que, antes da colheita que começou na primeira semana de abril, já estavam com 45 banhos. E o mais grave é que os nossos trabalhadores estão sendo expostos a isso após vinte minutos da aplicação do inseticida.

Portanto, esse é um tema que tem de ser mais debatido.

Finalmente, gostaria de agradecer a realização desta audiência pública e dizer que espero, do fundo do meu coração, que esta seja a primeira de muitas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, doutor Paulo.

Estamos vendo aqui que há uma diversidade de abordagens, daria até para ficarmos dias e dias debatendo; da questão mental à informação do doutor Paulo, de que agora estamos comendo agrotóxico/maçã e não maçã com agrotóxico.

Com a palavra o senhor Francisco Gilberto de Brito, da Cerest de Blumenau, por até dois minutos.

**O SR. FRANCISCO GILBERTO DE BRITO** - Boa-noite a todos. Boa-noite à mesa diretora, às mulheres trabalhadoras e homens trabalhadores que aqui se encontram.

No momento não vou falar sobre LER e Dort, não vou falar sobre os agravos à saúde dos trabalhadores, principalmente daqueles da construção, também não vou falar das contaminações por exposição a produtos agrotóxicos, mas quero aproveitar este momento de suma importância para agradecer ao doutor Acir, chefe do Ministério Público do Trabalho, porque levantou um ponto importante e que acho que pode ser levado ao Legislativo como projeto de lei, no sentido de que todos os alvarás sanitários no Estado de Santa Catarina somente sejam liberados mediante vistoria, no caso, onde tem Centro de Referência em Saúde do Trabalhador regional, por esse ou pela Vigilância Sanitária local se ela se sentir competente. Isso seria de suma importância, porque nós percebemos que a maioria das empresas tem a liberação do seu alvará sanitário, ou habite-se, como queiram, e nas nossas visitas em vistorias percebemos que não tem banheiro, não tem refeitório, não tem local adequado, não tem iluminação, ou seja, não tem nada. Então por que a prefeitura emitiu aquele alvará sanitário dizendo que aquele local está apto para o trabalhador exercer a sua atividade laboral? Isso seria de suma importância para nós, profissionais da área da saúde, estarmos trabalhando.

Outro ponto muito relevante é que não se fala em saúde do trabalhador sem dinheiro. Não vamos nos enganar! Sem dinheiro não se faz saúde do trabalhador. Hoje o Ministério da Saúde faz o repasse da verba através do SUS, fundo a fundo, além do repasse da verba da Renast, que é uma verba que nós utilizamos para, de certa forma, manter o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador. O governo federal tem sua contrapartida nisso. O governo municipal tem sua contrapartida quando paga os funcionários para atuar nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. Mas existe uma pequena falha aí - não é crítica, não quero aqui criticar o Estado -, mas o Estado ainda não apresentou nenhuma proposta de repasse de verba para os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador atuarem devidamente e fazer realmente saúde do trabalhador. Essa é uma posição totalmente contrária ao Estado do Rio Grande do Sul, nosso vizinho, porque lá já existe, não lembro se um decreto ou uma portaria, que determina que cada Centro de Referência em Saúde do Trabalhador receba mensalmente R\$ 40 mil para desenvolver ações em saúde do trabalhador.

Então ficam essas duas propostas, espero que sejam consideradas como encaminhamento, e que no futuro nós utilizemos isso em prol da saúde do trabalhador.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Registro que, como deputado desta Casa, tentamos incluir esse recurso no orçamento do Estado, e foi vetado. Vamos esperar que o próximo governo faça isso. Mas, de qualquer maneira vamos encaminhar.

Passo a palavra à acadêmica Josiane Melo, do Curso de Tecnologia e Segurança do Trabalho, do Cerest de Lages.

**A ACADÊMICA JOSIANE MELO** - Primeiramente, boa-noite. Agradeço o convite feito pelo Cerest de Lages. Eu vim representando a turma, bem como a faculdade.

Eu queria trazer para o conhecimento do senhor que o nosso curso está bem voltado para essa área de segurança do trabalhador. A gente está vindo com uma bagagem curricular, prevenindo doenças, entrando no mercado de trabalho para adequar tanto a parte do empregador quanto a parte do trabalhador. A gente quer fazer essa relação, manter muito bem a parte da saúde dele no ambiente de trabalho, para que ele tenha condições dignas para desempenhar suas funções e mesmo assim estar de acordo com a legislação.

A gente tem encontrado hoje certa resistência por parte dos empresários, principalmente na nossa região, porque o nosso curso está entrando agora com a aprovação no MEC e já teve a primeira turma que se formou no ano passado. Há certa resistência porque no nosso ambiente hoje existe só a parte referente ao técnico, e os técnicos entram visando somente a parte do empregador, enquanto que a gente quer entrar para fazer uma gestão, para defender totalmente o que as pessoas precisam num ambiente de trabalho.

A gente está entrando no mercado, e aqui em Santa Catarina é onde está a faculdade que está oferecendo esse curso, que tem uma duração de três anos. Estamos nos capacitando para termos total capacidade de entrar no mercado de trabalho e provar do que somos capazes.

Estamos embasados em normas, leis, legislação, e entramos [no mercado de trabalho] fiscalizando, nas empresas, tanto a parte psicológica como a emocional do trabalhador, porque hoje ele sofre grande resistência da parte do empregador porque ele quer visar só ao lucro, e não à saúde e ao bem-estar do trabalhador. Então, a gente quer entrar justamente nessa parte: promover a saúde e o bem-estar dos trabalhadores.

Agradeço essa oportunidade, e queria pedir para o senhor, se for possível, dar uma olhada com carinho em relação ao nosso curso. A gente está se formando e que entrar também brigando nessa parte visando à saúde do trabalhador.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Parabéns para vocês e obrigado, Josiane.

Com a palavra o senhor Dirceu, neste ato representando o Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis, por até dois minutos,

**O SR. DIRCEU ANTÔNIO DA SILVA** - Boa-noite, deputado Jailson, e em seu nome, cumprimento toda a mesa.

Para o Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis é de grande importância fazer parte de uma audiência em que se fala em saúde do trabalhador e na qual se deve ter um trabalho muito grande com o empresariado.

E quero agradecer a presença da psicóloga ali, que falou no espaço mínimo do trabalhador, e isso é uma vergonha nas empresas, porque elas trabalham o ISO 9001, o ISO 9010 e, assim, vão à frente - a maioria das empresas. É um absurdo uma empresa falar isso quando não pensa nada no trabalhador, e é uma vergonha a gente em Santa Catarina falar isso. O trabalhador não pode nem ir ao banheiro! Às vezes, no seu intervalo de uma hora, ele tem apenas quinze minutos para ir ao banheiro! O trabalhador não consegue adquirir esse direito, não consegue aproveitar esse direito de descansar um pouco os braços e as pernas.

É uma vergonha, por isso as empresas têm psicólogos para ajudar o trabalhador, porque elas deixam o trabalhador maluco. É uma vergonha que ainda existam empresas que façam isso com o trabalhador.

O nosso sindicato tem pesquisa sobre LER e Dort. A Federação do Comércio e o nosso sindicato tiveram que pagar essa pesquisa para comprovar que realmente existem essas doenças dentro de empresas, que não têm vergonha na cara e ainda estão rindo dos trabalhadores. Isso é um absurdo!

O trabalhador fica três anos no INSS, volta para a empresa e ela não o remaneja, mesmo que ele não tenha mais condições de trabalhar na profissão. A empresa continua insistindo, mesmo o trabalhador estando doente, nessa profissão.

Daí o trabalhador, com vergonha de ficar na empresa e os colegas de trabalho ficarem chateando, ficarem fazendo chantagem, ele pede a conta. Ele fica pirado e acaba perdendo o seu trabalho.

Isso é uma vergonha, e tem acontecido, isso porque dizem que as empresas hoje trabalham qualidade. Que qualidade é essa dentro de uma empresa quando a balança está lá no caixa! A balança está sendo que nem nos Estados Unidos: querem qualidade, mas não pensam na qualidade do trabalhador, querem o trabalhador cada vez mais cansado.

Isso quer dizer o quê? Que a empresa não pensa em ter trabalhadores com saúde, e não tem como o INSS dar conta de uma fila tão grande. É um absurdo, porque as empresas hoje não trabalham a qualidade, elas estão cansando o trabalhador, que precisa de psicólogo porque está ficando pirado no emprego.



Fazer isso no espaço de trabalho dele é um absurdo. O caixa não é caixa, hoje o espaço desse trabalhador é terrível, é uma coisa amontoada.

Eu até queria agradecer ao Jailson, porque se a gente for debater e for trabalhar na ferida do trabalhador, vamos ficar a noite toda - e a gente já vê que a plateia está cansada, todo mundo trabalha, todo mundo corre, e não é fácil hoje defender o trabalhador e estar no dia-a-dia do trabalhador.

Eu agradeço, Jailson. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado a você, Francisco.

(A senhora Luciléia Pereira manifesta-se fora do microfone: "Querida colocar que o psicólogo dentro das empresas também é empregado e sofre pressão como todos os empregados, por isso o nosso sindicato vai discutir este ano o assédio moral.")

Nós também apresentamos aqui um projeto de lei sobre assédio moral, e não foi aprovado na Casa. A luta é árdua.

Quero, antes de a gente entrar nas finalizações, dizer que o que foi debatido aqui e o que foi passado através de transparências, com uma série de fotografias que foram tiradas, estarão no site [www.deputadojailson.com.br](http://www.deputadojailson.com.br). Vocês poderão, a partir de segunda-feira, acessar esses dados.

Já se passaram duas horas e meia de debate. E eu diria que, olhando a expressão da plateia, nós, tranquilamente, vamos eternizar o debate e muito haverá por fazer. Costumo dizer que não é possível fazer tudo ao mesmo tempo, e eu procuro comer o boi por bifês, passo a passo - não dá pra comer um boi inteiro.

Então eu vou colocar alguns encaminhamentos e, logo a seguir, a gente vai passar a palavra aos componentes da mesa para suas considerações finais, inclusive respondendo a questionamentos que aqui foram feitos. Sabemos que várias das perguntas serão contempladas; outras respostas deixarão os que perguntaram insatisfeitos. Mas tenho certeza de que todos os que estão aqui na mesa, na sequência, poderão conversar mais alguns minutos com aqueles que assim o quiserem.

A nossa proposta, aqui - antes de passar ao pessoal, que no final a gente complementa -, é criarmos um grupo de quatro, cinco ou seis pessoas. Como a doutora Cinara foi uma das que esteve presente ajudando a coordenar este debate, a construir este debate, eu gostaria de colocar em aprovação que ela coordenasse a elaboração do documento, que aqui nós tiraremos para levar ao ministro da Previdência, ao ministro do Trabalho, além das moções que trabalharemos para aprovar aqui na Assembleia, para encaminharmos, já, antecipadamente. Podemos deixar a doutora Cinara como responsável pela elaboração desse documento?

Aprovado, doutora Cinara. (Palmas.)

(A senhora Regina manifesta-se fora do microfone: "Sugiro recuperar o documento do último evento do Fórum, realizado no ano passado, recuperar as aprovações que foram feitas e incluí-las nessa nova equipe que vai fazer a discussão.")

Se me permitir, eu não conheço o teor do documento, eu não era deputado, mas tenho absoluta convicção da importância dos dados. O que nós temos claro é que ao levarmos um documento para um representante das entidades que aqui estiveram, em Brasília, nós temos que ter documentos pontuados - não adianta fazer grandes cartas e grandes documentações. Mas fica o grupo que for construir isso para analisar o documento, está?

**A SRA. CINARA SALES GRAEFF** - Só para esclarecer. Esse documento a que se refere a Regina está na nossa página do Ministério Público do Trabalho - são os seminários da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador. Então, claro que algumas coisas ali, efetivamente, podem servir nesse momento.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Schirlei, dois minutos no máximo.

**A SRA. SCHIRLEI AZEVEDO RIBEIRO** - Deputado Jailson, quando os documentos forem dirigidos a Brasília, nós gostaríamos que também fossem encaminhados ao Ministério da Saúde, do Trabalho, da Previdência, à Câmara e ao Senado.

Eu gostaria de explicar que o Movid nasceu em 2003, é composto por sindicatos, federações, confederações, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, associações de portadores de LER, além de militantes, entre os quais, procuradores do Ministério Público do Trabalho, técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina, agentes de Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, se esqueci algum, perdoem-me. São militantes em defesa da saúde da classe trabalhadora aqui em Santa Catarina, e que já virou referência no Brasil.

Eu só quero terminar, deputado Jailson, conversando com todo o trabalhador e trabalhadora que nos assistiu, aqueles que estiveram aqui, e quero propor um desafio a cada um e a cada uma que ouviu tudo o que nós falamos. Quem sabe a gente consegue mudar.

Hoje, a gente trabalha, trabalha; consome, consome; compra, compra. A gente faz hora extra, aceita banco de horas, discute PLR nas negociações, vai para as assembleias dos sindicatos escutar as

cláusulas econômicas e nas sociais a gente sai da assembleia, não discute, e a gente negocia algumas cláusulas essenciais para a nossa segurança.

Então, quero chamar atenção para isso. Porque quando você aceita banco de horas, quando você aceita fazer duas, quatro horas extras todos os dias, você está enriquecendo o patrão. E você está fazendo isso porque precisa de mais dinheiro no final do mês, mas para quê? Para ter em casa duas geladeiras, dois fogões, dois micro-ondas, quatro carros na garagem... É o que a gente acompanha na classe média.

Hoje, para você se dizer "alguém", necessita demonstrar que tem o poder do consumo. Sendo que se você trabalhasse para viver e não para adoecer, poderia ter uma vida muito mais tranquila. Nessas duas horas extras que você faz todos os dias, poderia estar acompanhando o filho. Escutei de um bancário esses dias, que sabia o nome de todos os funcionários da agência do banco, mas que nunca soube o nome da professora do seu filho.

Gente que mundo nós estamos? Do consumo, consumo, consumo. E para esse consumo, consumo, consumo, a gente tem que mergulhar, se submeter, aceitar uma série de humilhações e constrangimentos.

Então, eu quero pedir, concluindo, que os trabalhadores de Santa Catarina resistam, denunciem, vão aos sindicatos em primeiro lugar, organizem-se e, principalmente, sejam solidários com os seus próprios companheiros de trabalho.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Concedo a palavra ao Doutor Hélio, para as suas considerações finais.

**O SR. JUIZ HÉLIO HENRIQUE GARCIA ROMERO** - Gostaria de novamente agradecer a possibilidade de participação e a possibilidade de ouvi-los, porque são todos oradores eloquentes, capazes de por si só estarem aqui e presidirem uma assembleia como um todo.

Com referência à oradora da CUT, ela falou uma coisa muito interessante, e que é justamente o que eu sinto com relação às Cipas: que elas têm pouco poder e que o empregado não tem nenhuma condição de fazer o trabalho para o qual deveria estar apto. Então, no sentido de gestão, de legislação, vejo que seria muito interessante, pois são iniciativas que podem ser feitas justamente coletando as ideias lançadas: uma hora por semana ou uma hora por dia para o trabalhador ficar liberado para essa atividade seria essencial. Até porque, hoje ele só participa de uma assembleia, de uma reunião e não tem condição alguma.

E queria também fazer referência à oradora que falou de Jaraguá do Sul. Essas questões de acidente de trabalho, ainda mantém a competência da Justiça Federal, com relação ao INSS. Mas para o Poder Judiciário como um todo, ainda dependemos muito, muito, muito de elementos técnicos para entendimento dessa doença: Ler e DORT.

Eu já atuei na região de Joaçaba por mais de seis anos, e vi a situação dos empregados da Perdigoão. E a gente via que não tínhamos respaldo no nosso Tribunal, porque a doença ocupacional, em especial a LER/Dort, ainda era muito nova e difícil de ser compreendida. Então, dependemos bastante desse contato com vocês, com o setor de psicologia, com o setor médico. E toda vez que vocês tiverem um material interessante e queiram distribuir para os juizes, podem fazê-lo através da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Amatra), que fica pertinho do Tribunal. Podem passar que ela com certeza repassará esse material para os juizes.

Pelo que vejo 100% das inquietações aqui são comuns, o que é muito importante. E vejo que nós temos, ainda hoje, possibilidade de alterações legislativas, antes que venha, quem sabe, uma onda para fazer uma retro consolidação das leis do trabalho, para que haja um retrocesso na Legislação Trabalhista. Nós temos que aproveitar a onda, a maré para fazer coisas positivas em prol da saúde do trabalhador.

Fico muito satisfeito e vou passar as orientações e os questionamentos de vocês para os meus colegas, tão logo seja possível.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Concedo a palavra à doutora Christine Sodré Fortes, para suas considerações finais.

**A SRA. CHRISTINE SODRÉ FORTES** - Primeiro, sem polemizar demais com o Nicolau (ri), eu gostaria de falar que as discussões dentro do Ministério do Trabalho tem sido tripartite. E nesse tripartite, sentam governo, empregadores e empregados, é importante que os sindicatos de trabalhadores se qualifiquem para que essa discussão seja realmente representativa, aquilo que a categoria está almejando. É importante sentar junto, mas mais do que isso, é ter uma discussão amadurecida dentro da categoria, para que chegue na mesa de negociação e seja realmente representativa.

Nas poucas experiências que tive aqui, dentro da Superintendência, e que sentaram a Fiesc e os sindicatos, a Fiesc está sabendo quando vai o doutor Carlos ou a Maria Antônia, e falam o que o conjunto de empregadores quer. E nem sempre, infelizmente, os sindicatos dos trabalhadores conseguem, na hora, elaborar o que seria melhor para os trabalhadores, de maneira qualificada. Não é só melhor, mas que seja de maneira coesa, fruto de um amadurecimento dessa discussão.

Então, coloco aqui um desafio aos sindicatos: que realmente ajudem as suas categorias, os seus trabalhadores das suas fases, e qualifiquem mais essas discussões de segurança e de saúde.

Com relação à Cipa eu gostaria de falar que é subaproveitada. Tem um item, por exemplo, que consta que a Cipa tem um programa que faz no início da sua gestão, e coloca o seu trabalho naquele ano. Nesse programa ela pode colocar que uma vez por semana os trabalhadores da Cipa vão participar de uma reunião. E caso não seja cumprido vai ser abordado de forma paritária, e vai ser motivo de autuação, de denúncia para a Superintendência, denúncia para o Ministério Público do Trabalho. Então, eu acho que a Cipa tem que pegar a NR 5 de cabo a rabo e se aproveitar dela, porque não é ruim, pode-se aproveitá-la. Não sei por que os sindicatos subaproveitam a Cipa, porque nem os candidatos da Cipa, que muitas vezes são ligados ao Sindicato, poderiam ser e ter uma atuação mais pertinente.

Coloco-me à disposição para ajudar a qualquer candidato que queira discutir, não só NR 5, mas também as demais.

Outra questão é que a Norma Regulamentadora 2 está dentro da CLT, as normas regulamentadoras fazem parte da CLT, e inclui uma Certificação de Aprovação de Instalações. O que seria isso? As empresas têm que mandar - antes de iniciar suas atividades ou quando fazem obras de mudança substancial no seu ambiente - essa declaração de instalações falando como ela está para a Superintendência. E seria obrigatório, então, a emissão de uma CAI, que é o certificado que a instalação está aprovada. Isso não é feito, porque tem um número muito pequeno de auditores fiscais para poder... Então, o que acontecia? A empresa tinha que ficar fechada até o auditor ir e aprovar aquela instalação.

Então, para tentar conciliar, hoje em dia as empresas mandam uma declaração de aprovação de instalação e a Superintendência recebe, identifica se não tem nenhum absurdo, como não ter banheiro, como alguém falou, e aí manda uma carta para a empresa dizendo que assim que for possível o auditor irá e, aí sim, será emitida a certificação.

Então, o problema não é a falta de lei. O problema é como cumprir a lei, e como ter o número de fiscais suficientes para cumprir o que a lei determina.

E outra questão que eu gostaria de colocar é a do agrotóxico. Nós sabemos que agrotóxico tem a ver também com as pragas. E já está comprovado que em ambientes com desmatamento tem maior número de pragas. Então, quem trabalha com agricultura orgânica sabe que se plantar mais do lado, em volta, o número de pragas diminui e se usa menos agrotóxico. A região de Lages tem essa questão do desmatamento. E, agora, com o novo Código Ambiental aprovado, nós vamos diminuir a mata ciliar, e a tendência então é até aumentar as pragas e os agrotóxicos.

Eu recebi por e-mail, infelizmente não tenho aqui todos os dados, mas está-se chamando uma passeata para o dia 5 de maio, para que a população catarinense se insurja contra esse Código Ambiental. E acho que tem a ver com tudo, inclusive com a maçã que a gente está comendo e com a saúde dos trabalhadores.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Passo a palavra ao senhor Acir Alfredo Hack, para fazer as suas considerações.

(O senhor Dirceu manifesta-se fora do microfone: "Falar para a Christine sobre essa questão da Cipa, rever a Cipa.")

**A SRA. CHRISTINE SODRÉ FORTES** - Comissão tripartite. (Risos.)

**O SR. ACIR ALFREDO HACK** - Primeiramente gostaria de agradecer a possibilidade de o Ministério Público do Trabalho estar participando desta audiência pública, promovida pela Assembleia Legislativa, especialmente a Comissão pertinente.

Quero reafirmar que uma das nossas missões é a proteção do trabalhador, especialmente a saúde e a segurança.

Discutimos de forma tripartite com os trabalhadores e com os empresários as formas de solução pacífica disso. Evidentemente ainda temos alguns setores que resistem a sua aplicação ou a aplicação da legislação pertinente ou outras medidas que venham em benefício do trabalhador. Mas, na medida do possível, nós procuramos os empregadores, através do Sesi, do Senai e da Federação via suas representações, conscientizar o todo, para chegarmos a uma solução para diminuir esse absurdo das estatísticas por mortes.

O Ministério Público do Trabalho vai continuar aceitando sugestões, tanto dos empregadores quanto dos trabalhadores, nas soluções que venham a solucionar esses problemas, bem como estaremos aceitando e recebendo denúncias dos sindicatos e dos trabalhadores que tenham respeito ao tema.

Agradeço imensamente a oportunidade, parabenoza vossa excelência pela iniciativa e coloco o Ministério Público do Trabalho a sua disposição para qualquer outra intervenção ou sugestão que possa partir de vossa excelência, que é um médico especialista na área, e que será bem-vinda para a nossa atuação.

Obrigado a todos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado.

O doutor Acir tem uma entrevista para dar agora na TVCOM, então quero agradecer a sua presença.

Doutor Antônio, para suas considerações finais.

**O SR. ANTÔNIO DE SÁ PEREIRA** - Eu primeiro quero agradecer a oportunidade de estar participando de uma mesa com tantas pessoas que entendem e que falam sobre a saúde do trabalhador do Estado.

Nós, da Secretaria da Saúde, da Gerência de Saúde do Trabalhador, vamos continuar com as nossas ações de vigilância e o nosso objetivo é diminuir ou extinguir, acabar com os ambientes insalubres. Nosso objetivo é trazer a saúde e não a doença. Nós estamos trabalhando nesse sentido.

Vamos continuar com as nossas capacitações e com as nossas parcerias, para que nós possamos aumentar a notificação de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. E que nós, de posse desses dados, possamos implementar políticas para melhorar a situação e diminuir essas doenças e acidentes.

A diretoria de Vigilância Sanitária participa de um programa da Anvisa, que se chama Para, que é o Programa de Acompanhamento dos Resíduos de Agrotóxicos. Os alimentos, que eram seis, já foram ampliados para oito ou doze, se não me engano.

O principal alimento estudado no início foi o morango, porque o morango tem um índice de agrotóxico muito grande. E outros, como o brócolis, a banana e o mamão. Não sei se foi incluída a maçã - acho que ainda não. Mas a tendência desse programa é ampliar, acompanhar e saber qual é a região em que estão sendo produzidos esses alimentos com um índice de agrotóxico acima do permitido.

Eu quero agradecer mais uma vez e colocar a Secretaria da Saúde, especialmente a Gerência de Saúde do Trabalhador, à disposição para que vocês possam nos interperlar com dúvidas ou qualquer ação em que a gente possa auxiliar ou intervir.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. ALESSANDRE TRAMONTIM** - Só fazendo um comentário sobre o questionamento dos bancários que nos foi feito, eu gostaria de enfatizar que hoje não é mais condição absolutamente necessária a apresentação da CAT, tendo em vista a presença do Nexo Epidemiológico. Se o nexo for estabelecido pelo critério epidemiológico, já está valendo como acidente de trabalho, haja vista a melhora da nossa caracterização dos acidentes de trabalho.

Agradeço ao colega os números os quais nós já tínhamos, mas não quisemos trazê-los dado o vulto dele, pois poderia dar a impressão que nós estávamos os insuflando. Mas como foi o nosso outro colega que trouxe...

A caracterização de nexo epidemiológico nos casos de LER/Dort na Previdência Social aumentou em mais de 500%. Então, nós tivemos uma melhoria excepcional na caracterização de acidentes de trabalho no caso dessas patologias específicas (LER/Dort) e, no caso das patologias gerais, um aumento de 148% na caracterização como acidente do trabalho. Realmente é um aumento muito expressivo de caracterização nessa categoria.

Outras medidas que nós estamos tomando para melhorar a qualidade da perícia médica da Previdência Social são as diretrizes que foram entrando como orientações internas dentro do Instituto. Hoje nós já temos normatizadas as diretrizes da psiquiatria e está em fase de conclusão o grupo de ortopedia. Em breve, teremos o grupo de clínica médica e, assim por diante, para melhorar justamente a qualidade da decisão pericial.

Outra questão na qual estamos trabalhando é a reestruturação da reabilitação profissional, para que ela realmente possa atender de maneira mais qualificada os nossos segurados e demais beneficiários da Previdência.

Outra coisa importante que aconteceu no INSS nesses últimos anos foi à diminuição no tempo de espera da realização de perícia médica, acarretando, assim, um não-prejuízo ao trabalhador. Antes nós tínhamos um tempo de espera muito grande que chegava a trinta, quarenta, cinquenta, noventa dias em algumas capitais, e hoje nós estamos com uma média bastante razoável. A média aqui na nossa Gerência, por exemplo, é de sete, oito dias para atender a perícia médica. É um dado bastante importante.

E, no mais, nós temos tomado outras ações que visam melhorar a qualidade do atendimento previdenciário, em específico dentro da autarquia do Instituto Nacional do Seguro Social, para realmente atender o interesse público.

Para finalizar, eu gostaria de agradecer ao convite e parabenizar a iniciativa deste evento.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. GLAUCO JOSÉ CORTE** - Em nome da Federação das Indústrias de Santa Catarina, eu quero agradecer ao convite e dizer que a Federação das Indústrias está sempre disposta ao debate com a firme convicção de que segurança do trabalhador e acidente de trabalho são temas extremamente importantes. Nós precisamos muito mais de prevenção e de educação do que propriamente de leis, embora reconheçamos a necessidade de aperfeiçoamentos, inclusive de interpretação das leis que estão aí.

Mas eu gostaria de dizer que nas discussões, assim como na

política, Deputado, quem vota se exclui. Eu, por exemplo, com a minha colega Christine, a quem agradeço as palavras, até temos algumas divergências sobre alguns dos seus posicionamentos, mas tenho profundo respeito pela sua boa-fé, pela sua opinião e pela sua competência técnica.

E é acreditando que podemos ter ideias diferentes, mas motivações mais elevadas para solucionar um problema que é grave e que pode deixar de lado alguns interesses, que oras são de eleição, oras são de movimentos institucionais, e que temos que colocar acima e a frente de tudo o interesse do País. O interesse das indústrias, que a Federação vai sempre se colocar, é contribuir naquilo que for possível para o avanço nas relações do trabalho, nas relações que dizem respeito ao ambiente de trabalho, da segurança do trabalhador, porque, como representante da Federação das Indústrias, eu posso dizer que é com orgulho que a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, os empresários de Santa Catarina, dão exemplo para o Brasil do que fazem aqui neste Estado.

Nem tudo é perfeito, mas isso não é um privilégio apenas da indústria, é uma contingência do País e do próprio ser humano.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Com a palavra o senhor Francisco Alano.

**O SR. FRANCISCO ALANO** - Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de participar deste debate.

Parece-me que ficou bem claro nas intervenções que aqui foram feitas - sempre que se participa de um debate esses registros aparecem -, que os custos, na sua grande maioria, são pagos por nós; custos da doença, do acidente, são pagos através de impostos que pagamos. Por isso o empresariado se preocupa pouco, porque aquilo que ele paga de impostos não cobre nem de longe aquilo que o governo tem que investir na cura e na prevenção das doenças.

Um segundo ponto é a impunidade. Através das várias intervenções, pudemos notar que a impunidade é alta, é imensa; se liberta alguns trabalhadores escravos, em seguida o mesmo empresário está contratando mais trabalhadores escravos.

Então, funciona dessa forma. Ou seja, a impunidade faz com que os empresários não cumpram corretamente a legislação.

Terceiro ponto, acho que temos pouca estrutura. Foi colocado aqui em algumas intervenções que a estrutura é muito pequena; é infinitamente insignificante para as necessidades que a gente tem no enfrentamento da prevenção e dos desvios que são praticados.

Com relação à presença dos empresários, eu gostaria que estivesse aqui pelo menos o mesmo número de empresários, dos que estiveram aqui, para que ouvissem o que foi falado aqui. Gostaria muito que eles estivessem aqui, e não só um ou dois representantes seus. Normalmente os empresários não comparecem nesses debates, quem participa são representantes que têm que ouvir por eles aquilo que eles deveriam estar ouvindo. Mas, infelizmente, para nós, eles não participam, não aparecem.

Por fim, eu gostaria de fazer um registro pessoal. Saio muito preocupado deste debate com a informação que o companheiro do Cerest da região de Lages nos passou.

Como sou um safenado, tenho lido muito a respeito da alimentação. E o que eu li manda comer maçã porque reduz o colesterol. Mas se eu como maçã, eu posso adquirir um câncer; se não como maçã, o colesterol aumenta. Então não sei o que devo fazer.

Então, eu saio muito preocupado daqui.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Com a palavra o senhor Dalton Nuernberg.

**O SR. DALTON NUERNBERG** - Quero parabenizar o deputado Jailson pela iniciativa, agradecer a Cinara pelo convite, parabenizar a plateia por permanecer até o momento, e dizer que eu fico feliz em ver muitas caras novas. A saúde do trabalhador precisa, como tudo, se renovar.

Como breve sugestão para quem está iniciando, como há muitos jovens na plateia, eu sugeriria como leitura de estudo o livro "Doenças Relacionadas ao Trabalho - Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde", que foi publicado pelo Ministério da Saúde, em 2001. É um livro fácil de conseguir junto ao Ministério da Saúde.

Obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Eu quero pedir para a minha assessoria de imprensa, Mirela, vamos ver se a gente consegue pedir no Ministério da Saúde alguns volumes destes.

(A senhora Mirela fala fora do microfone: tem no site.)

Mas, vamos ver se a gente consegue impresso além de informar o site. E quando a gente entregar o diploma, vamos ver se entregamos um exemplar junto, porque nem todo mundo tem acesso ao site.

**A SRA. CINARA SALES GRAEFF** - Deputado, a uma versão, inclusive, em tamanho menor, bem interessante. É uma espécie de livro de bolso que facilita o manuseio a todos que lidam com saúde e segurança do trabalhador. Quem sabe a gente pode distribuir esse volume.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Tentaremos conseguir.

Para finalizar o trabalho, passo a palavra à doutora Cinara, que representando o Fórum, é uma das grandes responsáveis por este evento.

**A SRA. CINARA SALES GRAEFF** - Eu gostaria de dizer que fica difícil falar em saúde e segurança do trabalhador com um tempo tão exiguo, então é lógico que várias questões não foram expressamente abordadas. Eu gostaria de deixar claro que o Fórum sempre atua na questão da saúde e segurança do trabalhador, trabalhador como cidadão, como pessoa única, onde ali se vê o físico, o mental, o psicológico e quiçá o espiritual, de uma forma até holística.

Então, respondendo os questionamentos da doutora Luciléia Pereira, brevemente, eu gostaria de dizer que estamos sempre tentando, com palestras, conscientizar todos sobre as questões de saúde e segurança do trabalhador. Nós tivemos uma palestra no Fórum específica sobre saúde mental do trabalhador, realizada dia 05 de setembro de 2008, que consta no nosso site inclusive. Gostaria de dizer também que, além de LER e Dort, que tiveram um índice altíssimo em função do NTEP, outro dado extremamente relevante foi o número de doenças mentais decorrentes de acidentes do trabalho.

Ainda falando sobre isso, foi questionado que seria necessário diminuir, sim, as jornadas de trabalho. É verdade! Nós, do Fórum - eu mencionei isso, quem sabe tenha passado - temos o grupo de trabalho turno e seu reflexo na saúde do trabalhador, inclusive teve um seminário em Blumenau a respeito disso, e é do nosso entendimento, até como membro do Ministério Público do Trabalho, que é necessário diminuir o tempo de exposição do cidadão trabalhador aos agentes perigosos, aos agentes insalubres, à monotonia no trabalho, ao assédio moral, enfim a tudo que pode inferir prejuízo da saúde e segurança do trabalhador.

Há também no Fórum um grupo voltado justamente para a recapacitação dos trabalhadores. É uma equipe multidisciplinar composta por médicos do trabalho, psicólogos, terapeutas, fisioterapeutas. É só para esclarecer assim essa questão.

Haveria outras coisas para serem esclarecidas, mas o tempo não permite. Então, gostaria de agradecer sinceramente a presença de todos os senhores, de forma especial ao deputado Jailson, pela iniciativa da audiência pública e por tudo que fez para ela ter sucesso, e ao deputado Manoel Mota, da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Assim, foi possível a Assembléia Legislativa nos proporcionar este espaço, e toda a plenária pôde trazer a sua contribuição.

Muito obrigada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, doutora Cinara.

**A SRA. CINARA SALES GRAEFF** - Perdão, esqueci só um detalhe: quanto à sugestão do deputado Jailson sobre a elaboração do documento, eu a coloco para a decisão da plenária, porque penso que na próxima reunião do Fórum, que já é na próxima sexta-feira (não neste feriado, mas na próxima), lá na sede do Ministério Público do Trabalho, poderíamos montar essa comissão para a redação desse documento.

Pergunto se alguém se opõe a esse encaminhamento. (Não há manifestação contrária.)

Então, fica assim resolvido.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima)** - Obrigado, doutora Cinara.

Para complementar o que a senhora falou, já que não houve divergência em relação ao grupo que vai trabalhar, através do Fórum, na redação do documento, informamos que as pessoas aqui presentes que tiverem interesse em participar dessa reunião podem manter contato com um dos gabinetes que a gente passa o dia e a hora direitinho, para que possam participar do debate sobre a elaboração desse documento.

Agradecemos a presença de todos vocês dizendo que temos muito que caminhar e que provavelmente muitas outras audiências públicas irão ocorrer. E estou certo que do debate desta noite, que durou mais de três horas, sai muita gente, além de aprendendo, com a certeza de que é preciso perseverar para termos um mundo mais solidário e melhor.

É lógico que, no processo dialético da produção de empresários e trabalhadores, esse debate vai continuar de forma a triunfar. Agora, nós temos que procurar consensuar aquilo que é melhor para minimizar o sofrimento daqueles que adoecem por acidente de trabalho, e a nossa experiência tem demonstrado que muito há que se fazer, principalmente se olharmos os dados estatísticos do Brasil.

Que Deus abençoe todos! Vamos continuar nesta Casa fazendo o possível para que se siga avançando no contexto da qualificação dos ambientes de trabalho e, principalmente, na proteção da saúde do trabalhador.

Muito obrigado e uma boa noite a todos.

(Encerra-se a audiência pública.)

**DEPUTADO MANOEL MOTA**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E**  
**SERVIÇO PÚBLICO**  
**DEPUTADO JAILSON LIMA**  
**PRESIDENTE**  
\*\*\* X X X \*\*\*

**EXTRATO****EXTRATO 062/2009**

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 013/2009, referente Pregão Presencial CL nº 015/2009.

OBJETO: Aquisição de material hidráulico, elétrico, ferragens, pintura e

de reposição em geral para manutenção das dependências da ALESC VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, até 29 de maio de 2010.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decretos nºs. 3.555/2000 e 3.931/2001, Pregão Presencial nº 015/2009.

Lote 02						
Item	Qtde	Unid	Descrição Do Material	Marca	VI.Unit	VI.Total
1	20	Un	Adesivos Para Pvc (Bisnaga) 175 Gramas	Krona	5,35	R\$ 107,00
2	100	Un	Anel De Vedacao De Cera Para Instalacao De Vaso Sanitário	Maxxi	5,77	R\$ 577,00
3	50	Un	Joelho De 25 X 1/2 Em Pvc Marron	Krona	0,56	R\$ 28,00
4	50	Un	Joelho 40 Mm Para Esgoto 90 Graus	Krona	0,40	R\$ 20,00
5	50	Un	Joelho Em Pvc 90 Graus 50mm P/Esgoto	Krona	0,75	R\$ 37,50
6	50	Un	Joelho De 100 Mm Pvc Esgoto	Krona	1,46	R\$ 73,00
7	100	Un	Kit De Material Kit Retentor Para Válvula De Descarga Ri-484 Ap 1 1/4	Docol	4,98	R\$ 498,00
8	100	Un	Kit Alongadores Vd 01990200 Docol	Docol	16,64	R\$ 1.664,00
9	100	Un	Kit Acionamento Completo Para Torneira Pressmatic Cod. 17993406	Docol	144,63	R\$ 14.463,00
10	100	Un	Kit Completo Para Acionamento De Descarga Sanitaria Acplada	Docol	42,02	R\$ 4.202,00
11	100	Un	Reservatorio Para Saboneteria Dispensador Garrafa Dosador	Docol	29,32	R\$ 2.932,00
12	100	Un	Kit Pistão Completo Para Válvula De Descarga Pressmatic	Docol	25,42	R\$ 2.542,00
13	50	Un	Engate Flexível Cromado 30cm	Jed	5,62	R\$ 281,00
14	50	Un	Prolongador De Metal De 1/2" Com Rosca	Jed	4,18	R\$ 209,00
15	50	Un	Fita Veda Rosca Para Vedacao 18 X 50 Mm	Poly	2,11	R\$ 105,50
16	50	Un	Sifao Sanfonado 1.1/2 X 40 Mm	Valeplast	2,62	R\$ 131,00
17	50	Un	Sifao Cromado Para Lavatorio Tipo L	Japi	46,92	R\$ 2.346,00
18	100	Un	Assento Sanitário (Tampa) De Plastico	Metasul	6,98	R\$ 698,00
19	50	Un	Conexão De Plástico Para Instalações Hidráulicas-S Tampao Soldavel Pvc 25mm	Krona	0,19	R\$ 9,50
20	50	Un	Conexão De Plástico Para Instalações Hidráulicas-S Tampao Pvc Soldavel 20 Mm	Plastilit	0,23	R\$ 11,50
21	50	Un	Conexão De Plástico Para Instalações Hidráulicas-S Tee,Pvc Sold.25 Mm	Krona	0,29	R\$ 14,50
22	50	Un	Torneira De Metal Tamanho 1/2"	Imperatriz	11,49	R\$ 574,50
23	100	Un	Engate Plastico Flexível Com Anel 40 Cm	Metasul	1,22	R\$ 122,00
24	50	Un	Valvula Para Pia (Lavatorio) De Metal	Pianox	6,53	R\$ 326,50
25	50	Un	Válvula Matalca Para Cuba	Pianox	6,43	R\$ 321,50
26	50	Un	Ducha Pistola Ajet	Fabrimar	24,60	R\$ 1.230,00
27	100	Un	Engate Plastico Flexível De 50 Cm	Metasul	1,26	R\$ 126,00
<b>Total Lote 02</b>						<b>R\$ 33.650,00</b>

1ª REGISTRADA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA - ME - TERRA FIRME

Endereço: Rua 25 de novembro, nº 80, São José/SC

CEP 88110-690

Fone/fax (48) 3246-2921

E-mail terrafermedistribuicao@hotmail.com e jaison.silveira@hotmail.com

CNPJ/MF sob o n.º 08.676.816/0001-41

2ª REGISTRADA: WELLITON E ANDREIA COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA

3ª REGISTRADA: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

Lote 03						
Item	Qtde	Unid	Descrição Do Material	Marca	VI.Unit	VI.Total
1	20	Un	Arco De Serra Manual	Alumasa	6,50	R\$ 130,00
2	10	Un	Balde Plastico Com Capacidade De 10 Litros *	Alumasa	3,05	R\$ 30,50
3	50	Un	Trava Porta (Prendedor) Batente. Tipo Bolinha Com Parafuso Fixador	Opem	4,67	R\$ 233,50
4	50	Bolsa	Cimento Cola	Inkor	4,78	R\$ 239,00
5	50	Un	Broca De Videa Medindo 5,00mm	Eccofer	1,65	R\$ 82,50
6	50	Un	Broca De Videa Medindo 6, Mm	Eccofer	1,72	R\$ 86,00
7	50	Un	Broca De Videa Medindo 8 Mm	Eccofer	4,08	R\$ 204,00
8	50	Un	Broca De Videa Medindo 10 Mm	Eccofer	3,30	R\$ 165,00
9	50	Un	Broca De Aco Rapido Medindo 10,00 Mm	Eccofer	7,33	R\$ 366,50
10	50	Un	Broca De Aco Rapido Medindo 12 Mm	Eccofer	11,75	R\$ 587,50
11	50	Un	Broca De Aco Rapido Medindo 2,50 Mm	Eccofer	1,48	R\$ 74,00
12	50	Un	Broca De Aco Rapido Medindo 3,5mm	Eccofer	1,53	R\$ 76,50
13	50	Un	Broca De Aco Rapido Medindo 3,0 Mm	Eccofer	1,53	R\$ 76,50
14	50	Un	Broca De Aco Rapido Medindo 6 Mm	Eccofer	2,27	R\$ 113,50
15	50	Un	Broca De Aco Rapido Medindo 8 Mm	Eccofer	4,08	R\$ 204,00
16	1000	Un	Bucha Plastica Para Fixacao Numero 6	Opem	0,02	R\$ 20,00
17	1000	Un	Bucha Plastica Para Fixacao Numero 8	Opem	0,03	R\$ 30,00
18	100	Un	Bucha Plastica Para Fixacao Dry Wall 1684 Para Gesso	Fischer	0,26	R\$ 26,00
19	1000	Un	Bucha Plastica Para Fixacao Bucha Nº 10	Opem	0,05	R\$ 50,00
20	100	Un	Bucha Plastica Para Fixacao De Bacio 12mm	Opem	0,06	R\$ 6,00
21	50	Un	Çabide Cromado Para Bwc.	Opem	6,74	R\$ 337,00
22	20	Un	Disco De Corte Para Ceramica Bitola 110x20 Mm	Worker	8,75	R\$ 175,00
23	20	Un	Disco De Corte Para Ferro Bitola 110x20mm	Carb.	5,06	R\$ 101,20
24	50	Un	Dobradica Metalica Caneco Grande C:M.	M.Set	2,11	R\$ 105,50
25	100	Un	Dobradica Em Latão Fume Com Anel 3 Polegadas	Uniao	3,05	R\$ 305,00
26	50	Un	Dobradica Automatica De Alumínio Fosco Acetinado (Neocom)	Neocon	18,01	R\$ 900,50
27	10	Kg	Prego Galvanizado Medindo 14x21 Com Cabeça	Gergau	6,05	R\$ 60,50
28	10	Un	Prego Galvanizado Medindo 16 X 24, Com Cabeça	Gergau	5,90	R\$ 59,00
29	10	Kg	Prego Galvanizado Medindo 17 X 27, Com Cabeça	Gergau	5,42	R\$ 54,20
30	20	Pacote	Prego De Aco Medindo 15x15, Pacote Com 100 Pregos	Gergau	3,74	R\$ 74,80
31	10	Kg	Prego Galvanizado Medindo 14x21 Sem Cabeça	Gergau	5,51	R\$ 55,10
32	20	Un	Rejunte Grafite, 1 Kg	Inkor	1,13	R\$ 22,60
33	10	Cartela	Lamina Para Serra Eletrica Tico-Tico	Skill	3,05	R\$ 30,50
34	100	Un	Lamina Em Aço Rápido Para Arco De Serra	Nich	1,83	R\$ 183,00
35	100	Un	Lamina Cortante Para Estilete Faca Tipo Olfa	Nks	1,83	R\$ 183,00
36	50	Lata	Cola Variada De Contato (Tipo Cascola) Gl.3,6	Cascola	38,30	R\$ 1.915,00

37	50	Metro	Lixa Para Madeira N.120	Carb.	2,11	R\$ 105,50
38	50	Metro	Lixa Para Madeira Grao 60	Carb.	2,56	R\$ 128,00
39	50	Metro	Lixa Grao Nr. 80	Carb.	2,26	R\$ 113,00
40	10	Un	Mola Hidraulica(Amortecedor) Para Porta Para Diminuir Impacto Abre/Fecha	M.Set	74,72	R\$ 747,20
41	20	Pacote	Massa P/ Vedacao De Telhado	Nacional	3,89	R\$ 77,80
42	20	Pacote	Abraçadeira Nylon 6,6 F-7028,16cm	M.Set	4,14	R\$ 82,80
43	20	Pacote	Abraçadeira Nylon 6,6 F- 7028, 27cm	M.Set	9,44	R\$ 188,80
44	50	Un	Parafuso Para Fixar Bacio Sanitario Com Porca 8x1/4	Insol	1,13	R\$ 56,50
45	100	Un	Puxador Metalico Para Gaveta	3f	3,05	R\$ 305,00
46	20	Kg	Arame Galvanizado,Fio 16	Belgo	6,25	R\$ 125,00
47	20	Un	Lona Plastica Na Cor Preta, Medindo Aprox. 4 X 100 M	Lonax	106,62	R\$ 2.132,40
48	100	Rolo	Fita Adesiva Dupla Face Medindo 1,2mm X 10mm, Em Rolo	Adere	17,35	R\$ 1.735,00
49	50	Bolsa	Cimento (Saco Com 25 Kg)	Votoram	9,44	R\$ 472,00
50	50	Un	Areia Media (Saco De 25 Kg)	Fiorezzi	4,37	R\$ 218,50
51	50	Kg	Estopa De Retalhos De Pano Costurado	Worker	4,77	R\$ 238,50
52	20	Un	Trena Metalica Medindo 7 Metros	Kala	5,90	R\$ 118,00
53	100	Tubo	Cola Variadas De Silicone Transparente 300g	Nacional	8,75	R\$ 875,00
54	50	Un	Oleo Lubrificante Desengripante Spray	Nacional	5,06	R\$ 253,00
55	10	Un	Pistola Plastica Para Aplicacao De Cilicone Em Bisnaga	Nacional	6,51	R\$ 65,10
<b>Total Lote 03</b>						<b>R\$ 15.400,00</b>

1ª REGISTRADA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA - ME - TERRA FIRME  
Endereço: Rua 25 de novembro, nº 80, São José/SC  
CEP 88110-690  
Fone/fax (48) 3246-2921  
E-mail terrafirmedistribuicao@hotmail.com e jaison.silveira@hotmail.com

CNPJ/MF sob o n.º 08.676.816/0001-41

2ª REGISTRADA: WELLITON E ANDREIA COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA

3ª REGISTRADA: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME

Lote 06						
Item	Qtde	Unid	Descrição Do Material	Marca	VI.Unit	VI.Total
1	50	Un	Porta Papel Higienico De Plastico Branco, Para Rolao De 300 Mt	Goedert	12,02	R\$ 601,00
2	50	Un	Porta Papel Higienico De Plastico Preto, Para Rolo De 300 Mt	Goedert	12,02	R\$ 601,00
3	100	Un	Saboneteira Plastica De Parede Com Reservatorio Para Sabonete Liquido	Goedert	11,55	R\$ 1.155,00
4	100	Un	Dispensor Automatico De Aerosol	Goedert	45,40	R\$ 4.540,00
5	100	Un	Porta Toalha De Plástico P/Banheiro	Goedert	12,02	R\$ 1.202,00
<b>Total Lote 06</b>						<b>R\$ 8.099,00</b>

1ª REGISTRADA: CRISTIANI LOURI RODRIGUES & CIA LTDA - ME - TERRA FIRME  
Endereço: Rua 25 de novembro, nº 80, São José/SC  
CEP 88110-690  
Fone/fax (48) 3246-2921  
E-mail terrafirmedistribuicao@hotmail.com e jaison.silveira@hotmail.com  
CNPJ/MF sob o n.º 08.676.816/0001-41  
2ª REGISTRADA: WELLITON E ANDREIA COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA  
3ª REGISTRADA: HELENA CRISTINA DO AMARAL SILVEIRA - ME  
Florianópolis, 29 de maio de 2009.  
Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC  
\*\*\* X X X \*\*\*

**NOMEAR ALDO CORREA FILHO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-31, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Serafim Venzon).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 946, de 3 de junho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR TATIANE ROSA AVILA PACHECO**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-30, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Lício Mauro da Silveira).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 947, de 3 de junho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DEISE LUCI DA SILVA HENSCHEL**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-26, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Lício Mauro da Silveira).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 948, de 3 de junho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**EXONERAR** a servidora **MARISETE RABSCH**, matrícula nº 5512, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Antonio Aguiar).  
Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

**PORTARIA Nº 943, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0983/09,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde à servidora **ROZANE MARQUES ALVES**, matrícula nº 0703, por 30 (trinta) dias, a contar de 25 de maio de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 944, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0982/09,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde do servidor **JUVENAL LINO MACHADO**, matrícula nº 2174, por 15 (quinze) dias, a contar de 14 de maio de 2009

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 945, de 3 de junho de 2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,



**PORTARIA Nº 949, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **ANA CRISTINA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 5980, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-6, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 950, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ANA CRISTINA DE OLIVEIRA**, matrícula nº 5980 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 951, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **CEZARIO FELICIO ELIAS**, matrícula nº 5979, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 952, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR CEZARIO FELICIO ELIAS**, matrícula nº 5979 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 953, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **PATRICIA CECHINEL BERNARDI**, matrícula nº 5910, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-41, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 954, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR PATRICIA CECHINEL BERNARDI**, matrícula nº 5910 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 955, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ITANOIR CLAUDIO DA ROSA**, matrícula nº 5908, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 956, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ITANOIR CLAUDIO DA ROSA**, matrícula nº 5908 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de junho de 2009 (Deputado Lício Mauro da Silveira).

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 957, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**LOTAR** o servidor **MAURILIO ALVES**, matrícula nº 1441, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, na Coordenadoria de Publicação.

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 958, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**LOTAR** no Gabinete do Deputado Moacir Sopelsa **DILAMAR RUDOLF SARTOR**, matrícula nº 1060-0, servidor do Poder Executivo - CIDASC, colocado à disposição na Assembléia Legislativa pelo Ato nº 930, de 14 de maio de 2009, sob a égide do Termo de Convênio nº 08088/2008.

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 959, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 0996/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde da servidora **ADRIANA HELENA DE SOUZA GEZAK**, matrícula nº 4992, por 30 (trinta) dias, a contar de 19 de maio de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 960, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

**INCLUIR** na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Rodolfo Luiz Poyer	3421	3%	3%	19/03/09	0470/09

Ozair Coelho de Souza	4039	3%	9%	01/11/08	0784/09
Márcia Otília Sasso	1573	3%	30%	27/05/09	0933/09
Angela Aparecida Bez	3072	3%	12%	01/07/08	0934/09
Myllene Vieira Camilli	1902	3%	33%	29/05/09	0964/09

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 961, de 03/06/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

**CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO** aos servidores abaixo discriminados:

Matr	Nome do servidor	Período Aquisitivo Quinquênio	Processo nº
0436	Sueli Marlene do Nascimento	19/04/04	18/04/09
1536	Nelson Vanelli	03/02/03	02/02/08
4405	Eduardo Delvalhas dos Santos	16/04/04	15/04/09
4341	Sabrina Roberta Schmitz	12/02/04	11/02/09
4343	Rúbia Carine Esbrólio	12/02/04	11/02/09
4344	Sibelli D'Agostini	12/02/04	11/02/09
4349	Carla Greco Granato	12/02/04	11/02/09
4347	Renata Hazan Napoleão Salles	12/02/04	11/02/09
4345	Ana Rita Moriconi de Souza	12/02/04	11/02/09

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÕES FINAIS**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 013, DE 2007**

Cria a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

Art. 1º Fica criada a Semana de Educação para Cidadania, no âmbito do Poder Legislativo Estadual, a ser celebrada na primeira semana de dezembro de cada ano.

Art. 2º A Semana de Educação para Cidadania passa a integrar o calendário oficial da Escola do Legislativo, com o objetivo de oportunizar a divulgação e compartilhamento das ações desenvolvidas no âmbito das atividades, instituídas por intermédio da Resolução nº 008, de 27 de outubro de 2005.

Art. 3º As atividades e eventos da Semana de Educação para Cidadania, serão planejadas, organizadas, coordenadas e divulgadas pela Escola do Legislativo.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta do Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 20 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 250/08**

Estabelece a obrigatoriedade de serviço de segurança nas casas lotéricas e agências do correio localizadas no território catarinense.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Todas as casas lotéricas e agências dos correios em funcionamento no Estado de Santa Catarina ficam obrigadas a possuir serviço de segurança, prestado por vigilantes profissionais, visando a segurança dos usuários, funcionários e proprietários.

§ 1º A vigilância mencionada no *caput* será obrigatória apenas durante o horário de funcionamento do estabelecimento.

§ 2º Considera-se vigilante profissional aquele que preenche todos os requisitos previstos nas leis em vigor e que regulamentam referida atividade profissional.

Art. 2º O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, será responsável pela fiscalização e cumprimento da presente Lei.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá editar normas para regulamentar a fiscalização e cumprimento da presente Lei.

Art. 3º A não observância desta Lei acarretará ao estabelecimento infrator as seguintes penalidades:

I - não possuir segurança profissional ou possuir segurança não habilitado:

a) advertência na primeira infração;

b) a partir da segunda infração, inclusive, multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por ocorrência;

c) ocorrendo cinco ou mais infrações, o estabelecimento será lacrado, somente sendo liberado seu funcionamento após pagamento, em dobro, das multas aplicadas.

Art. 4º Os estabelecimentos comerciais terão prazo de 90 (noventa) dias para se adequar às disposições contidas na presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 051/09**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Santa Cecília.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Santa Cecília o imóvel com área de um mil e seiscentos e vinte metros quadrados, contendo benfeitorias, onde se encontrava instalada uma unidade sanitária, matriculado sob o nº 2.661 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Cecília e cadastrado sob o nº 3503 na Secretaria de Estado da Administração.

Art. 2º A presente doação tem por finalidade fornecer espaço físico destinado à instalação da Secretaria de Educação e de Programa Social do Município de Santa Cecília.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel, salvo por interesse público devidamente justificado e com a anuência escrita do doador;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de dois anos; e

III - hipotecar, alienar, alugar, total ou parcialmente, o imóvel.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorga ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As disposições previstas no art. 3º desta Lei deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 7º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 8º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 168/09**

Altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 5.061, de 1974, que declara de utilidade pública a Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí - FEPEVI, de Itajaí.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 5.061, de 19 de setembro de 1974, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Declara de utilidade pública a Fundação Universidade do Vale do Itajaí - Fundação UNIVALI, com sede no Município de Itajaí.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Universidade do Vale do Itajaí - Fundação UNIVALI, com sede no Município de Itajaí." (NR)

Art. 2º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de maio de 2009

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*